

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS
ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E
MOVIMENTOS SOCIAIS**

ERYKA DANYELLE SILVA GALINDO

**JOVENS DO CAMPO: REFLEXÕES SOBRE AS TRAJETÓRIAS E
SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL**

Belo Horizonte
2012

ERYKA DANYELLE SILVA GALINDO

**JOVENS DO CAMPO: REFLEXÕES SOBRE AS TRAJETÓRIAS E
SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do grau de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Gonzalez Arroyo

Belo Horizonte
2012

320 . Galindo, Eryka Danyelle Silva
G158j Jovens do campo [manuscrito] : reflexões sobre as trajetórias e sentidos
2012 da participação no movimento sindical / Eryka Danyelle Silva Galindo.-2012.

71 f.

Orientador : Miguel Gonzalez Arroyo.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais.

1. Ciência política. 2. Juventude rural. 3. Participação. 4. Sindicalismo. I. Gonzalez Arroyo, Miguel. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 255 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edoc_@fafich.ufmg.br
TEL (31) 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

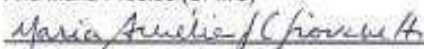
Aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de 2012 (dois mil e doze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada "Jovens no campo: reflexões sobre as trajetórias e sentidos da participação no movimento sindical" após leitura avaliativa da Monografia elaborada por Eryka Danyelle Silva Galindo.

A Comissão, composta por professor Ana Maria Prestes (UFMG) e Maria Amélia Giovaneti (UFMG), após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2012.



Ana Maria Prestes (UFMG)



Maria Amélia Giovaneti (UFMG)

Dedico esta monografia às juventudes do campo que se reinventam a partir da experiência de fazer brotar os frutos da mãe terra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos (às) jovens do campo, lideranças e dirigentes sindicais que integram o sistema da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), por vossa disposição em compartilhar comigo suas reflexões e vivências, abrindo as portas da memória, das emoções e das convicções. Destaco um agradecimento especial à diretoria da CONTAG, em especial à Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, Maria Elenice Anastácio, pela confiança, solidariedade e entusiasmo frente a este trabalho.

Agradeço ao Professor Miguel Gonzalez Arroyo, orientador desta monografia, que antes mesmo de me acompanhar neste estudo fez-se presente em minha trajetória a partir de seus livros, aulas e palestras, sendo um grande exemplo de educador popular. Recordarei sempre a sua acolhida num momento de luta dos povos e movimentos camponeses, que se deu durante o Seminário de Educação do Campo, ocorrido no mês de agosto em Brasília. Guardarei sempre o seu sorriso largo e suas palavras sábias, que orientam para a vida, não se circunscrevendo às teorias acadêmicas.

Agradeço a minha amiga-madrinha, Sara Pimenta, pela sua presença e confiança, expressas por palavras e gestos fraternos que me impulsionam e convencem de que sou capaz. Obrigada Sarinha, por sua sabedoria militante, tão inspiradora e solidária!

Aos meus pais, Cacilda e Antonio (mainha e painho), e a minha irmã Emily, que sempre acreditaram em mim e respeitaram minhas escolhas. Serei eternamente grata por toda dedicação e carinho.

Ao meu amado companheiro Cláudio, que me impele a 'correr' atrás dos meus desejos. De braços sempre abertos e ouvidos atentos, acalenta minhas angústias e renova os sentidos dessa longa e, tão nossa, caminhada.

Aos amigos da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) agradeço por tantos ensinamentos construídos com fé e caminhada. Bruna, Cleide, Enildo, Cláudia, João, Divaneide, Simão, Rosa, Denise e Cintia, obrigada por compartilharmos a certeza de que *com todo povo a gente faz um mundo novo* (fragmento do Hino da PJMP).

E Vamos à luta

Eu acredito
É na rapaziada
Que segue em frente
E segura o rojão

Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera
E enfrenta o leão

Eu vou à luta
Com essa juventude que não corre da raia
À troco de nada

Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não ta na saudade
E constrói
A manhã desejada

Gonzaguinha

RESUMO

Reconhecendo as múltiplas dimensões que integram a categoria juventude, este estudo lança seu olhar sobre a experiência de participação e organização política da juventude do campo no âmbito do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas junto aos(às) jovens dirigentes e da apreciação dos documentos e publicações do MSTTR, foram produzidas reflexões que recompõem as trajetórias, individuais e coletivas, de participação juvenil no sindicalismo rural. Tal estudo observa de forma analítica: as contribuições da sociologia para a construção da categoria juventude; as classificações e representações sociais reproduzidas e atribuídas à juventude do campo; as dimensões identitárias que unificam estes(as) jovens, enquanto categoria; as trajetórias de organização sindical por eles(as) protagonizadas, bem como, os sentidos e estratégias que conferem à participação. Dentre as conclusões alcançadas percebe-se que a juventude do campo disputa um nível de participação na esfera sindical, que compreende os princípios do reconhecimento da identidade juvenil-camponesa, do compartilhamento do poder e da garantia de participação igualitária e autônoma, conceitos estes que impõem grandes desafios a ação sindical.

Palavras-chave: juventude do campo, participação, sindicalismo rural.

ABSTRACT

By recognizing the many dimensions that are part of the youth category, this study casts its eyes on the experience of country youth participation and political organization within MSTTR, the Male and Female Rural Workers Union Movement. The conduction of semi-structured interviews with the young male and female leaders and examination of MSTTR documents and publications produced reflections that recover the individual and collective paths of juvenile participation in rural unionism. Such a study makes an analytical observation of the contributions of sociology to the construction of the youth category; the classifications and social representations reproduced and credited to the country youths; the identity dimensions that unify the category of young men and women; the union organization paths of which they are protagonists, as well as the meanings and strategies contributed by them to the participation. Among the conclusions arrived at, one can observe that the country youth vie for a level of participation in the trade union sphere, which includes the principles of recognizing the juvenile-farmer identity, of sharing power and a guarantee of equal and autonomous participation – concepts that greatly challenge union action.

Keywords: country youths, participation, rural unionism.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
1. O QUE NUTRE ESTA PESQUISA? – VIVÊNCIAS, MOTIVAÇÕES, CONCEPÇÕES E CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	11
2. A EMERGÊNCIA HISTÓRICA DA CATEGORIA JUVENTUDE.....	18
3. JOVENS DO CAMPO: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UMA CATEGORIA INVISÍVEL.....	25
4. JOVENS, DO CAMPO E DIRIGENTES: UMA HISTÓRIA RECENTE DE ORGANIZAÇÃO NO SINDICALISMO RURAL.....	33
5. JOVENS VOZES DO CAMPO: O QUE REVELAM SOBRE OS SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO?	44
6. PROTAGONISMO DA JUVENTUDE DO CAMPO: ENTRE ESTRATÉGIAS E DESAFIOS	53
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	70
Apêndice 1 – Roteiro de Entrevistas.....	71

APRESENTAÇÃO

A monografia, **Jovens do Campo: reflexões sobre as trajetórias e sentidos da participação no movimento sindical**, materializa-se pelas vivências experimentadas durante o Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Este estudo parte das trajetórias, individuais e coletivas, de participação da juventude do campo no âmbito movimento sindical rural, e objetiva analisar os sentidos, as estratégias e desafios da participação da juventude nesta esfera organizativa.

Na intenção de construir uma análise crítica sobre os contextos e contradições da participação no sindicalismo rural, buscamos entender quem são estes sujeitos jovens, quais são as representações sociais e estigmas que os circundam, quais sentidos conferem a participação e quais as estratégias organizativas que protagonizam para ampliá-la e qualificá-la.

Face ao exposto, situo o leitor de que esta monografia se estrutura em 6 (seis) capítulos, organizados na seguinte ordem e assumindo tais objetivos: 1) visa socializar a abordagem metodológica que orienta esta pesquisa, entendida a partir de sua articulação com as dimensões das motivações, vivências e concepções assumidas pela autora; 2) trata de uma contextualização histórica da emergência da categoria juventude no âmbito da sociologia; 3) analisa as representações sociais que permeiam a categoria jovens do campo, enxergando-as como componentes que influenciam sobre as possibilidades de participação juvenil; 4) reflete sobre as especificidades e experiências comuns vivenciadas pelas jovens lideranças sindicais, lançando luz sobre a caminhada organizativa destes sujeitos no movimento sindical; 5) ocupa-se de decifrar os sentidos que esta juventude confere à participação sindical; 6) reflete sobre as estratégias e ações desenvolvidas pela juventude, bem como os desafios existentes para promover maior e melhor participação, analisando neste ponto, as experiências de políticas afirmativas exercitadas pelo MSTTR.

Esta pesquisa vem agregar contribuições ao universo das pesquisas acadêmicas dedicadas ao estudo da juventude do campo, tendo em vista que tais trabalhos ainda são pouco expressivos, quando consideramos o volume de vossa produção (WEISHEIMER, 2005). Além disso, a escolha do tema juventude do campo e participação emerge da intenção de estabelecer um diálogo, mais estreito, nas pesquisas de juventude, sobre outras dimensões da vida social, que transcendam o velho trinômio: juventude, educação e trabalho. Portanto, analisar as experiências comuns de ser jovem do campo, a partir do prisma da participação, converte-se numa dimensão importante para caracterizar quem são esses/as jovens do campo, que identidades compartilham e que agendas e ações almejam alcançar.

Espero com esta investida inspirar novas pesquisas acadêmicas e práticas sindicais, que redundem em caminhos de emancipação e de igualdade de oportunidade para a juventude trabalhadora rural. Dito isto, convido o/a leitor/a a mergulhar nas reflexões aqui propostas. Boa leitura!

1- O QUE NUTRE ESTA PESQUISA? - VIVÊNCIAS, MOTIVAÇÕES, CONCEPÇÕES E CAMINHOS METODOLÓGICOS.

A decisão de *pôr de pé* uma pesquisa sobre a participação política de jovens do campo no âmbito do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) está indissociavelmente relacionada com as opções identitárias e de militância que marcam a minha trajetória. Localizo-me nesta pesquisa, sobretudo, como um ser que se identifica como jovem e que ao longo dos últimos oito anos está engajada na organização e ação da juventude do campo.

Ao longo da feitura das leituras, entrevistas, diálogos e análises que alicerçam esta pesquisa, deparei-me com uma constatação, em certa medida óbvia, porém esclarecedora: foram os caminhos e os encontros construídos na minha trajetória de vida, que me trouxeram até este tema e determinaram minhas concepções e percepção desses sujeitos jovens. Dito isto, apresento ao leitor os caminhos trilhados, que me servem como nortes, elucidando as escolhas sobre as opções metodológicas, recortes temáticos e referenciais teóricos adotados neste trabalho. Em síntese, percebo que os elementos norteadores desta pesquisa resultam dos **encontros**: encontros com a minha própria identidade e essência; e encontros com as múltiplas identidades da juventude, especialmente, com os sujeitos jovens do campo.

Nos caminhos trilhados, evidenciou-se, em mim, a identidade de jovem do meio popular, pertença esta construída a partir do meu contexto socio-econômico e de participação junto aos meus pares no âmbito da Pastoral da Juventude do Meio popular, em Olinda e Recife. Marcada por esta identidade fui desvendando o meu lugar social, étnico e de gênero, e é deste lugar que me reconheço e me faço reconhecer. É deste lugar que estabeleço as trocas e significo os encontros.

Novos encontros se sucederam, desta vez, com as diversas pertencas juvenis. Jovens negros/as, jovens feministas, jovens com deficiência, jovens LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), jovens indígenas, jovens do campo. Seguiram-se tantas aprendizagens, emergiram tantos lugares de fala e ação. Neste sentido, meus diálogos e engajamento foram se aprofundando com a juventude do

campo, e neste movimento fui estabelecendo uma reconexão com a minha origem familiar-camponesa, oriunda do agreste pernambucano.

É importante situar que tais vivências e significados construíram-se num determinado contexto, situado cronologicamente no final da década de 90 e dos anos 2000. Esta conjuntura é marcada pela efervescência da organização e debate sobre/com as juventudes, materializada pela ação de jovens, e não-jovens, nos grupos, movimentos sociais, organizações não-governamentais e governos. Estes processos promoveram maior visibilidade às identidades e demandas das juventudes e conformaram um campo de lutas em torno de políticas públicas de juventude.

Nesta conjuntura fui aprofundando o envolvimento com as causas da juventude trabalhadora rural, com suas agendas de debate e ação, que demonstravam a plena afirmação dos/as jovens como sujeitos políticos e de direitos. Foram (e são) muitas histórias compartilhadas com jovens do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), percebidas a partir do meu engajamento nas instâncias estadual e nacional¹. As trocas estabelecidas com os jovens do campo e suas idéias colocaram-me frente a frente com afirmações curiosas, sendo a mais recorrente delas a noção de que a juventude do campo vê o sindicato como lugar para requerer aposentadoria... como espaço de gente mais velha. De alguma maneira esta questão deu sentido a minha investigação, pois ela informa sobre uma possível barreira à participação juvenil, fundamentada numa ação sindical baseada na burocracia do benefício da aposentadoria (elemento tão distante na vida dos/as jovens). Estas reflexões suscitaram em mim outras indagações: Que tipo de ação sindical a juventude do campo propõe? Quais as vias que conduzem estes/as jovens ao sindicato? Como estes sujeitos se organizam e que sentidos agregam a sua participação?

As questões acima mencionadas me mobilizaram mais profundamente a partir da minha vivência no Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, desenvolvido pelo Departamento de Ciência

¹ Em 2003 iniciei um processo de colaboração, sendo assistente técnica da Coordenação de Jovens Rurais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. Já em 2006, passei a assessorar a Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, onde permaneço engajada.

Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Este foi um importante espaço de ebulição de teorias, suficientemente questionadoras, que me subsidiaram na perspectiva de reinventar o meu fazer e pensar democrático, sempre contextualizado a partir da minha experiência participativa.

E foi neste exercício estimulado pelo curso, que me exigi olhar para o que parecia familiar, deparando-me com novas concepções e teorias, e experimentando certo distanciamento, que deram vazão a novas formas de interpretar e agir frente aos fenômenos **caseiros**, a partir de reações menos automáticas e mais reflexivas.

De fato, o envolvimento estabelecido ante o meu objeto de pesquisa impôs grandes desafios, sobretudo, no que diz respeito ao esforço de buscar os distanciamentos necessários e de construir outras possibilidades de análises, para além das respostas prontas e dos padrões já cristalizados sobre como pensar o MSTTR. Entendo que o familiar marca a posição de onde você observa/analisa, condição que nos impõem diferentes desafios metodológicos e teóricos para produção de reflexões contundentes.

Como afirma Gilberto Velho (1978, p. 5) “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido”. E é pela ânsia de conhecer, com maior profundidade, o ambiente onde atuo e por admitir que muitas respostas e perguntas permanecem ocultas, que ousei pesquisar os desafios da participação para as jovens lideranças sindicais rurais e que por ora, ofereço ao leitor algumas das reflexões alcançadas.

Por estes caminhos, tomo como lugar de observação o MSTTR, e reconheço como sujeitos de minha pesquisa as jovens lideranças sindicais rurais, que por sua ação em favor da participação neste e em outros espaços políticos, nos informam sobre o fazer democrático.

Esta monografia entende os/as jovens do campo como sujeitos, adotando para este efeito as acepções de Charlot:

Sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais.

Finalmente o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. Para o autor, o sujeito é ativo, age sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais na qual se insere (CHARLOT *apud* DAYRELL, 2007 p. 159).

Defende-se também que a juventude, enquanto categoria sociológica deve ser entendida no plural, como **juventudes**, pois, consideramos que é possuidora de distintas identidades, marcadas por diferentes contextos, que se traduzem nas dimensões de gênero², étnico-raciais, classe, dentre outros (NOVAES, 1998). Para tanto, ao analisarmos as questões da participação pertinentes às jovens lideranças sindicais, estabelecemos um recorte específico (porém, não homogêneo), em meio a esta rede, tão plural, de identidades. E é por este caminho, que afirmamos as juventudes em sua diversidade, enquanto categoria relevante para compreensão das relações sociais estabelecidas no mundo contemporâneo (GROPPO, 2000). Mas se por um lado a diversidade é um componente que precisa ser reconhecido e que deve estar integrado ao debate das políticas públicas, sua apropriação não pode confluir para uma relativização que dissolva a categoria juventude, como nos alerta Stropasolas (2007):

[...] preservar a idéia das particularidades, das diferenças, mas trabalhar isto numa chave mais universal, mais geral, constitui-se uma questão extremamente intrigante.

[...] Dar conta deste desafio significa também fazer um contraponto à possível relativização total da categoria juventude, que pode ser uma consequência da adoção de determinados enfoques analíticos que enfatizam apenas a diversidade entre os jovens, de maneira que, ao não se visualizar semelhanças, acaba se negando a própria categoria. (STROPASOLAS, 2007, p. 281)

Partindo desta premissa buscamos entender quais as dimensões unificadoras desta categoria diversa, quais as experiências comuns em ser jovem do campo sindicalista. E é referenciando-se nos sujeitos que buscam a emancipação por meio da participação, que este estudo parte das falas das jovens lideranças do campo. As falas nos informam sobre suas trajetórias e contextos, sobre o espaço do MSTTR e suas contradições, sobre o que entendem por juventude do campo e

² Optou-se por demarcar neste estudo (embora de maneira bastante sintética) as dimensões de gênero, por ser esta uma questão muito forte na vivência da juventude sindicalista (como ficou explícito nas entrevistas), portanto, antecipamos ao leitor/a que ao longo do texto buscamos empregar a flexão do gênero masculino e feminino, não adotando o padrão da língua portuguesa que privilegia o masculino genérico.

participação. Dentre as questões centrais que orientam esta pesquisa estão: Quais as visões construídas no âmbito do MSTTR sobre a juventude do campo? Quais os caminhos da participação juvenil construídos na esfera sindical?

Na busca por reunir respostas para estas perguntas optou-se por entrevistar algumas jovens lideranças do MSTTR, que integram a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNJTTR/CONTAG)³. Foram entrevistados 7 (sete) jovens, sendo 5 (cinco) deles representantes das macrorregiões brasileiras (norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste) e 2 (dois) deles, jovens diretores executivos da CONTAG⁴, neste caso a Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e o Secretário de Política Agrária. Foram utilizados também, fragmentos da fala da primeira Coordenadora da CNJTTR/CONTAG, a jovem Simone Battestin, extraídos do Relatório do III Módulo do Curso de Formação de Mulheres Dirigentes Sindicais, ocorrido em 2010, neste caso, não foi realizada entrevista com esta dirigente.

Vale destacar ainda que a escolha dos cinco entrevistados, integrantes da CNJTTR/CONTAG, considerou a proporcionalidade de participação de homens e mulheres neste espaço, ou seja, hoje esta Comissão é composta por aproximadamente 71% de mulheres, portanto, optou-se por entrevistar 5 (cinco) mulheres e 2 (dois) homens. Por fim, confirmo a preocupação em considerar, também de forma equilibrada, as diferentes idades e tempos de participação no MSTTR, representadas na CNJTTR.

É também valioso considerar que a entrevista é um processo de interação entre entrevistado e entrevistador, que se traduz num jogo de luz e sombra sobre a

³ A CNJTTR/CONTAG é uma instância nacional constituída por jovens trabalhadores/as rurais, que representam os 26 estados brasileiros, mais o Distrito Federal. Além destes representantes integram esta instância os/as jovens que compõem a diretoria efetiva da CONTAG, sendo seus trabalhos coordenados pela Secretaria Nacional de Jovens Trabalhadores Rurais, um dos cargos da diretoria executiva da entidade. A CNJTTR/CONTAG foi constituída em 2000 e tem como missão: I) Apresentar e sugerir às instâncias da CONTAG propostas e estratégias para a superação de problemas que atingem a juventude rural; II) Sugerir e acompanhar a execução do Plano anual da CNJTTR/CONTAG; III) Sugerir programas e projetos que visem a capacitação de jovens trabalhadores/as rurais, objetivando sua inserção no movimento; IV) Contribuir com a organização e funcionamentos das Coordenações e/ou Secretárias e Comissões de Jovens Trabalhadores/as rurais dos Estados (CONTAG, 2006).

⁴ Na atual gestão da CONTAG existem três jovens diretores executivos, ocupando os cargos de Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Secretário de Política Agrária e Secretária de Meio Ambiente. Entretanto, optou-se por entrevistar apenas dois deles, uma vez que ambos, antes de serem diretores da CONTAG, integraram a CNJTTR/CONTAG representando os seus respectivos estados.

realidade pesquisada (MINAYO, 1999). As informações disponibilizadas através dos discursos concretos, dos silêncios, dos sorrisos e das diferentes expressões do entrevistado são por ele selecionadas e ponderadas. Por outro lado, o pesquisador as apreende e interpreta a partir do seu ponto de vista, do seu lugar no mundo, das suas convicções e experiências, logicamente, mediadas pela perspectiva científica. E a partir destas interações se estabelecem as idéias e se configuram os caminhos analíticos.

A partir da realização de entrevistas semi-estruturadas capturou-se não só dados e informes concretos, situados num determinado tempo e espaço, mas, sobretudo, este processo se revestiu de revelação, sobre as emoções e subjetividades que marcam a trajetória destes jovens. É prudente contar ao leitor que tais aspectos são reconhecidos, aqui, como fontes de extrema relevância para delinear os rumos da pesquisa e definir alguns limites éticos. Os choros e os momentos de silêncio, o gaguejar temeroso e o receio em falar sobre determinados assuntos, expressos muitas vezes pela seguinte consigna “cuidado com o que você escreve sobre isso Eryka” (Jovem dirigente), revelam, sutilmente, os processos de discriminação cravados nas trajetórias, corpos e memória destes/as jovens do campo. Estes elementos exigiram maior cautela diante da socialização dos depoimentos, diante disso, optou-se por preservar ao máximo os sujeitos envolvidos, portanto, as referências às falas dos/as jovens entrevistados/as serão acompanhadas da seguinte descrição **jovem dirigente**, omitindo-se o sexo, a região e o estado de sua procedência. Somente as falas de Elenice Anastácio, Willian Clementino e Simone Battestin, que são Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Secretário de Política Agrária e 1ª Coordenadora da CNJTTR/CONTAG, respectivamente, serão identificadas pelo nome.

Ainda tratando das interações que caracterizam este processo de entrevista, socializo o comentário proferido por uma das entrevistadas: “[participar desta pesquisa] é uma forma de ajudar e desabafar também” (Jovem Dirigente). Segundo este depoimento, o contato estabelecido através das entrevistas, significou, para esta jovem, mais do que um processo de levantamento de informações para subsidiar análises, mas também uma forma de partilhar suas sensações e emoções, um desabafo diante de tamanhas contradições. Isto renova o meu desejo em colaborar, por meio desta pesquisa, com a luta e organização da juventude do campo, dentro e fora do MSTTR.

Complementando o processo de entrevista foram analisados documentos oficiais, produzidos pela CONTAG, como relatórios de reuniões, atividades formativas e eventos, regimento interno da CNJTTR e os Anais dos Congressos Nacionais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG⁵. Estes documentos foram acionados na intenção de apreender quais os enunciados fortalecidos pelo discurso oficial, e nessa perspectiva, sua articulação com as questões apresentadas pelas entrevistas, nos ajudando a localizar contradições entre retórica e prática, discurso hegemônico e ação sindical.

Nutrida por minhas vivências e motivações, e guiada pelos conceitos e metodologias propostas por este trabalho apresentarei ao leitor algumas análises e percepções que julgo relevantes em se tratando de participação e juventude do campo. Entretanto, afirmo que este trabalho se circunscreve nos limites de uma produção monográfica, marcada por análises mais direcionadas, cabendo a trabalhos subsequentes um tratamento mais aprofundado de determinadas questões.

⁵ Os Congressos Nacionais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais caracterizam-se como instância máxima de deliberação do MSTTR. Esta atividade ocorre a cada 4 anos e tem por missão, deliberar sobre o plano de lutas que orientará a ação sindical nos anos subsequentes, bem como eleger a nova diretoria da entidade, para isso, reúne milhares de trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil.

2- A EMERGÊNCIA HISTÓRICA DA CATEGORIA JUVENTUDE

Para mergulharmos no universo de análise sobre as questões dos/as jovens do campo e participação social é necessário que observemos quais os caminhos históricos que conformam a categoria juventude, pondo em relevo as representações sociais e as significações por elas reproduzidas. Tais elementos nos permitem reconhecer quais as visões, em disputa, sobre o que é ser jovem e os lugares sociais reservados a estes sujeitos, para que possamos estabelecer um paralelo, ao longo dos demais capítulos deste trabalho, sobre como estas percepções interagem com os contextos e identidades camponesas, determinando as relações de auto-identificação e a própria ação da juventude do campo dentro da esfera sindical.

Para estabelecer coerência com o entendimento de que a categoria juventude é resultante de uma construção histórica, cultural e social, buscaremos analisar, nesta primeira parte do trabalho, os enunciados, abordagens e concepções que marcaram a gestação desta categoria ao longo de nossa história e que vêm a conformar um campo sociológico específico, que alguns autores classificam como da “Sociologia da Juventude” (Groppo, 2000; Stropasolas, 2006; Weisheimer, 2009).

Em primeiro lugar é necessário destacar que, como afirma Weisheimer (2009, p. 53): “o aparecimento da noção de juventude – como a conhecemos hoje - resulta de processos iniciados pela modernidade e que implicaram uma crescente racionalização e individualização das práticas sociais, promovendo a distinção entre a esfera privada (família) da pública (escola)”. Portanto, a categoria juventude é gestada sob os paradigmas do desenvolvimento da sociedade capitalista, marcada pelos preceitos modernos das transformações sociais, econômicas e culturais, de racionalização das esferas de vida, burocratização das estruturas e papel do estado e ascensão política da burguesia (Groppo, 2000).

A modernidade produziu uma crescente institucionalização das fases da vida humana, contextos inexistentes na Idade Média e no início dos tempos modernos:

Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio – ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir desse momento,

ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. O movimento da vida coletiva arrastava numa mesma torrente as idades e as condições sociais, sem deixar a ninguém o tempo da solidão e da intimidade. Nestas existências densas e coletivas, não havia lugar para o setor privado. A família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito longe na sensibilidade. (ARIÈS, 2011, p. 193)

Segundo Ariès (2011), os interesses burgueses e a ação da igreja edificaram, paulatinamente, uma nova perspectiva sobre a vida familiar, onde os pais passam a ser responsáveis, exclusivos, pelo cuidado com as crianças, por assegurar as condições de sobrevivência dos filhos e sua inserção social futura, mantendo-os conscientes da existência de uma vida privada distinta da esfera pública: “a família passa a voltar-se cada vez mais para si mesma, passando a organizar-se em torno da criança e erguendo entre ela mesma e a sociedade o muro da sociedade privada” (Weisheimer, 2009. p.52).

Aliado a isto, sucede-se um processo de institucionalização do papel da escola como responsável por preparar os jovens para a sua inserção no mundo do trabalho. Este caminho torna-se possível, na medida em que a aristocracia libera seus filhos da vida produtiva, e os mantém nos liceus e escolas, preparando-os para assumirem funções futuras. Este cenário, por um lado demanda do estado a universalização da educação e por outro confere aos jovens um novo papel social, tornando a juventude etapa intermediária entre o tempo infantil e o tempo adulto, passando a ser uma fase visível socialmente e marcada por atribuições e papéis sociais concretos (Weisheimer, 2009).

Em sua tese de doutorado, **A Situação Juvenil na Agricultura Familiar**, o professor Nilson Weisheimer (2009) estrutura uma abordagem bastante didática sobre os momentos de maior visibilidade dos estudos sobre juventude ao longo da história, tais estudos dão lastro para a estruturação da sociologia da juventude que e ordenam-se nas seguintes fases, segundo este autor: 1) os jovens nas primeiras pesquisas sociais, 2) a constituição da sociologia da juventude na primeira metade do século XX, 3) a sociologia da juventude na segunda metade do século XX. Embora seguindo um esquema cronológico, marcadamente linear, sua abordagem demonstra as rupturas e permanências construídas nos últimos quatro séculos de

história a respeito deste tema. E é a partir dos conteúdos apresentados por este e outros autores que trabalharemos neste capítulo.

Os primeiros estudos sobre juventude têm início no século XVIII, situando-se, inclusive, num momento anterior à institucionalização das ciências sociais, registrando abordagens relativas às questões educacionais, normativas e psicológicas. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) inaugura a produção científica em torno do tema Juventude, a partir da obra *Émile*, onde desenvolve postulados sobre educação laica.

Na primeira metade do século XX vemos na Europa, especialmente na Alemanha, a tentativa de produzir imagens generalizantes das vivências juvenis, valorizando as dimensões psicológicas, sociológicas e pedagógicas. Estas abordagens iniciais valorizam as dimensões da transitoriedade e das determinações biológicas para refletir sobre as questões da juventude.

Na década de 30, houve o deslocamento desta produção da Europa para os Estados Unidos da América, por meio da Escola de Chicago. Nesta época, na Europa, houve um arrefecimento da produção sociológica sobre juventude, concomitante ao período dos regimes fascistas e da II Guerra mundial. Karl Mannheim (1893 – 1947), durante exílio na Inglaterra, resistiu a esse vazio, e elaborou uma importante contribuição a respeito da teoria das gerações.

A abordagem proposta por Mannheim sobre a questão geracional fundamenta-se numa perspectiva multidimensional, que considera não apenas o aspecto cronológico, mas, sobretudo, os contextos sociais (WELLER, 2007). O autor considera que a unidade geracional é fortemente influenciada pela posição social compartilhada por determinado grupo de indivíduos, num tempo histórico comum. Estas conclusões refletem uma abordagem mais subjetiva da noção de geração, que admite, inclusive, a possibilidade de “diferentes grupos etários vivenciarem tempos interiores diferentes em um mesmo período cronológico” (WELLER, 2007, p. 3)

Retomando as contribuições da Universidade de Chicago, na década de 30, observa-se uma perspectiva menos generalista que a europeia e mais contextualizada nas realidades comunitárias. Deu-se ênfase às pesquisas sobre delinquência juvenil, abordada na perspectiva das gangues urbanas e vinculadas a

discussão sobre tensões raciais e territoriais, protagonizadas por filhos de migrantes. Frederic Thraster e Foote Whyte, expoentes deste tipo de estudo, situam a violência e a criminalidade juvenil no contexto da crise econômica da época.

A forte vinculação entre juventude, delinquência e problema social, consolidada pela Escola de Chicago, permaneceu dando a tônica dos estudos juvenis na segunda metade do século XX. Na década de 1950 desponta o debate feito por Talcott Parsons (sociólogo norte-americano) que destaca as dimensões das culturas juvenis como mecanismos ambíguos de sociabilidade, onde por um lado atuam em resistência à incorporação de valores impostos pela sociedade, e por outro promovem, em alguma medida, a assimilação e diversificação dos papéis sociais.

Diante desses enunciados que inserem a juventude no contexto do problema social e como etapa de desenvolvimento é importante assinalar que esta convicção sobre a predisposição do jovem em adotar uma conduta sempre desviante se assenta na existência de uma expectativa social, que espera dos/das jovens a assimilação dos padrões morais hegemônicos, como atesta Abramo (2007, p. 79-80):

É nesse sentido que a ênfase da sociologia funcionalista e quase que de toda a sociologia preocupada com o tema da juventude recai sobre o processo de socialização vivido pelos jovens e sobre as possíveis disfunções nele encontradas. Como a juventude é pensada como processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social.

É também nos anos 50 que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apóia pesquisas de caracterização da juventude de diferentes países, estabelecendo como critério de classificação, para estes estudos, a faixa etária dos 15 aos 25 anos. Entre as conclusões apresentadas pelo relatório publicado em 1953, de autoria do pesquisador francês Jean Stoetzel, evidencia-se que o jovem vive em condição inferior aos adultos.

Já em 1964, durante a I Conferência Mundial sobre Juventude, realizada na cidade de Grenoble, na França, apresenta-se um relatório, produzido por Léopold

Rosenmayer, sobre o contexto socioeconômico da juventude, destacando-se Europa e EUA.

O trabalho de Rosenmayer tem grande significado por apresentar a definição de juventude que será a mais usada pelos pesquisadores desde então e por destacar um processo de universalização da identidade juvenil, como impacto da expansão dos meios de comunicação de massa, generalização da educação compulsória e o surgimento de um mercado de consumo juvenil. (WEISHEIMER, 2009, p.64-65):

O estabelecimento de um recorte etário para definir este segmento consolidou-se a partir desta Conferência. Vê-se, com isso, o crescimento ao redor do mundo de distintas faixas de idade como parâmetros classificatórios da juventude. Se por um lado o corte etário é tido como recurso importante para definir o alcance e a efetividade das políticas públicas, por outro se torna arriscado entendê-lo como único instrumento caracterizador da juventude, sob pena de homogeneizarmos uma categoria social diversa e complexa, marcada por um emaranhado de distintos contextos e construída em torno de uma ampla tessitura de identidades.

As décadas de 60 e 70 são marcadas por manifestações culturais e políticas da juventude, que se expressam no mundo pelo rock'n roll, pela paz e amor livre, pelo movimento estudantil e pela defesa dos direitos civis. Tais componentes acabam orientando o rumo das investigações acadêmicas desta época, colocando em relevo a juventude como segmento promotor das transformações sociais. Entretanto, não se pode intuir que a abordagem do jovem-transformador represente o abandono do enfoque no problema social, afinal os processos históricos são marcados por dinâmicas de permanências e rupturas, não se constituindo como massa homogênea e linear. Além disso, tendo a acreditar que ambas as teorias (jovem-transformador e jovem-problema) partem de um conceito comum, a noção de conduta desviante, de posição juvenil fundada na não incorporação de padrões éticos e morais desejáveis. É a não assimilação e o desvio da ordem, permeada pelas relações de conflito, que provocam as noções de mudança e problema social, tão fortemente imputadas à juventude.

No Brasil é entre os anos de 60 e 70 que os estudos sobre juventude ganham relevância, sendo salientada a dimensão da ação política, como se evidenciam nas obras de Maria Alice Foracchi, intitulada *O estudante e a*

transformação da sociedade brasileira (1965), e de Otávio Ianni, *O Jovem Radical* (1968).

Nos anos 80 são colocadas em relevo temáticas como individualismo, desinteresse pela política e sociedade de consumo. Logo na década seguinte há um deslocamento em relação a estas discussões, valorizando o envolvimento dos jovens com diferentes tipos de ações individuais e coletivas. Neste período, vê-se também algumas pesquisas, patrocinadas pela UNESCO, no âmbito das regiões metropolitanas, em capitais como Brasília, Curitiba, Fortaleza e Rio de Janeiro. Tais estudos concorreram para o estabelecimento do debate inicial sobre políticas públicas de juventude no Brasil.

Convém considerar que neste jogo de distintas caracterizações sobre o que vem a ser jovem na sociedade ocidental, a ordem capitalista utiliza-se destes e de outros enunciados recriando e comercializando uma pretensa essência juvenil. Dá-se vazão a um espírito jovem, altamente positivado pelo consumo, e estruturado pelos padrões de um comportamento próprio a esta fase da vida, que se afirma em oposição ao velho. Vende-se com isso a falsa ilusão de que a fonte da juventude está acessível a todos (jovens e não-jovens), nas prateleiras do mundo ocidental. São vendidas músicas, roupas, baladas, tratamentos estéticos, e outros incontáveis artigos, que traveste a sociedade do arquétipo jovem, como afirma Clementino (2011, p. 56): “[...] ser jovem se tornou um modelo cultural valorizado e consumido por todos, estando nesta condição ou não”.

Feitas estas ponderações sobre as diferentes idéias que marcam a sociologia da juventude, cabe refletirmos: sobre quê juventude estes autores e instituições pesquisam e analisam? É nítido que as teorias que conformam a sociologia da juventude constroem-se em atmosferas urbanas, que pouco acumulam sobre as dimensões do campo e suas especificidades. Os contextos dos/as jovens do campo, permaneceram (e ainda permanecem, em certa medida) à margem das construções teóricas, disputando seu reconhecimento em meio aos conceitos urbanocêntricos. Agregar maior visibilidade às questões juvenis-camponesas, entendendo-as numa perspectiva própria e não numa relação de subordinação com conceitos hegemônicos, é um movimento necessário, ao qual se lança este estudo.

Na seara das pesquisas sobre a juventude do campo no Brasil pode-se afirmar certa invisibilidade sobre seus contextos e situação juvenil. Na obra intitulada **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes**, o autor, Nilson Weisheimer (2005) afirma que embora as pesquisas sobre jovens do meio rural venham se ampliando, ainda, “não constituem uma produção expressiva em termos de volume, uma vez que não chegam a compor quatro trabalhos por ano no período de 1990 a 2004” (Weisheimer, 2005, p. 9-10). Este pesquisador identifica que o tema da juventude e reprodução social da agricultura familiar é o mais recorrente, mas também aponta outras áreas de convergência nas pesquisas juvenis, como as questões pertinentes à Juventude e Educação Rural; Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva; e Juventude Rural e Inserção no Trabalho.

Mais do que localizar, ao longo da história, quais os enfoques construídos no âmbito das ciências sociais sobre a juventude, é preciso reconhecer que eles, de maneira dialética, influenciam e são influenciados pela sociedade, (re)inventando diferentes representações sociais sobre os jovens. Consciente desta argumentação deter-me-ei a refletir, na próxima parte do trabalho, sobre as especificidades das juventudes do campo, as imagens e expectativas sociais que as circundam.

Convém destacar, por fim, que diante das múltiplas visões de juventude, mencionadas ou omitidas nesta pesquisa, deve-se considerar que cada uma delas se apóia num horizonte ideológico, mantenedor ou questionador das hierarquias sociais construídas. Sendo assim, mesmo as padronizações, pelos argumentos comportamental, físico-biológico ou psicológico, não podem ser lidas como algo neutro. Todo e qualquer conceito, por mais naturalizado que tente aparentar está embebido de intencionalidade e posição ideológica.

3- JOVENS DO CAMPO: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UMA CATEGORIA INVISÍVEL

A construção histórica da categoria juventude é forjada pela busca de uma classificação que sintetize o que vêm a ser o jovem. Neste intento, supervaloriza a perspectiva do ciclo de transição, fundamentado pelas questões etária, biológica, comportamental e psicológica, que vende uma visão de vivência comum. Por outro lado, também se fizeram emergir visualizações que valorizam os diferentes contextos juvenis. Valorizando a literatura disponível buscarei refletir, neste capítulo, as representações sociais que recaem sobre a juventude do campo, na intenção de criar as condições para visualizarmos, nos próximos passos, as questões que se colocam latentes na realidade das jovens lideranças sindicalistas rurais. Para tanto, é necessário salientar que as representações sociais:

[...] não são apenas 'opiniões sobre' ou 'imagens de', mas teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particulares, uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos, e que "determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das idéias compartilhadas pelos grupos e regem, subseqüentemente, as condutas desejáveis ou admitidas" (Moscovici Apud MAZZOTTI, 1994, p. 51).

É prudente enfatizarmos que esta monografia assume e reconhece os/as jovens como sujeitos do campo, como já mencionado no primeiro capítulo desta monografia. Para aprofundarmos esta compreensão utilizaremos as reflexões oferecidas pelo Professor Miguel Gonzalez Arroyo, acerca dos sujeitos do campo, entendendo-os "como sujeitos de história, de lutas, como sujeitos de intervenção, como alguém que constrói, que está participando de um projeto social" (Arroyo, 2009. p.74).

Na condição de sujeitos, agem sobre o mundo, tornando-se flagrante em sua ação a busca pela emancipação, entendida aqui nos termos propostos por Santos (1997), como condição plena da vivência humana, baseada na igualdade e reconhecimento das diferenças. Esta condição se constrói a partir da denúncia, combate e transformação das formas de opressão e dominação impostas, gerando a possibilidade de abolir as relações discriminatórias e assegurar direitos, em sua dimensão estruturante. Santos vai além, ao nos apontar que emancipação não pode ser confundida com incorporação dos indivíduos excluídos às formas de regulação que os oprimem, em outros termos, afirma que é vazia a noção de emancipação que privilegia o bem estar material, entendendo que:

As formas de opressão e de exclusão contra as quais lutam não podem, em geral, ser abolidas com a mera concessão de direitos, como é típico da cidadania; exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais (por exemplo, o encerramento de uma central nuclear, a construção de uma creche ou de uma escola, a proibição de publicidade televisiva violenta) exigências que, em ambos os casos, extravasam da mera concessão de direitos abstractos e universais. (SANTOS, 1997. p.261)

Para alcançarmos este debate, a respeito da emancipação, é estratégico reconhecer os/as jovens do campo em seu duplo enquadramento, enquanto jovem e rural (Castro, 2009), bem como, as intersecções entre sua condição juvenil e os contextos de gênero, classe, étnico-racial, dimensões estas onde são operadas as relações de desigualdade.

Em torno das figuras do rural e do camponês é importante considerar que na sociedade brasileira a experiência colonial, caracterizada pela escravização dos negros e indígenas, pela subjugação dos mais pobres (que não têm garantidos os meios de produção e bens naturais comuns – terra, água, ferramentas - e poder) e pela desterritorialização, estabelece fortes conexões diante de como se enxerga, na atualidade, as populações rurais. Além disso, os movimentos históricos que convergiram para a consolidação de um modelo urbano-industrial, no ocidente, produziram representações sociais acerca do rural como espaço arcaico, mantenedor de tradições conservadoras, distantes das inovações do sistema capitalista. O rural como “lugar de refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida” (Reis, 2006, p. 3). Tais elementos conferem aos camponeses a imagem de jeca, caipira e ignorante, que consolidam hierarquias sociais subalternas aos povos do campo.

Fundada pela dualidade entre o arcaico e o moderno é que se estabelece a dicotomia entre rural e urbano, institucionalizando parâmetros que informam o rural como resto, como o que não pertence ao centro (a cidade). Provam isso, os critérios utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que consideram como área rural todo o território que excede ou que não compõe ao espaço urbano, sendo este último definido por lei municipal.

Em oposição a esta visão altamente hierárquica, que retira do rural suas especificidades e complexidade, resgato as considerações de Wanderley (2000, p. 88) para integrar esta reflexão:

(...) o rural é um modo particular de utilização do espaço e de vida. Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referências à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural [e da mulher] e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade).

Mesmo compreendendo rural na acepção de Wanderley (2000) prefere-se, neste trabalho, utilizar o termo **campo**, na intenção de desviarmo-nos das ciladas impostas pela dicotomia rural x urbano. Além disso, a opção pelo termo campo⁶ referencia-se na luta histórica dos movimentos sociais, que vêm afirmando esta categoria como reveladora de uma diversidade sócio-cultural e de sua auto-determinação, expressas nas lutas cotidianas, como as que se manifestam na defesa da educação do campo:

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem diversas nações indígenas. Por tudo isso, campo é lugar de vida e sobretudo de educação. (FERNANDES, 2009. p.137)

Embora os critérios oficiais privilegiem as fronteiras físicas/geográficas para caracterizar o campo (e também a cidade), as relações sociais produzem fronteiras simbólicas que repercutem na vida concreta. As interações e os processos de troca e de convivência estabelecidas entre os sujeitos que habitam estes espaços se manifestam de forma dinâmica, sobretudo, entre a juventude do campo, que se desloca constantemente para chegar a escola, ao posto de saúde, ao sindicato. Se por um lado este trânsito permite que os jovens reinventem as suas vivências juvenis, a partir da construção de sínteses sobre o “melhor dos dois mundos” parafraseando Maria José Carneiro (2007), por outro, são marcados por relações de preconceito, fundadas no estereótipo do rural e do urbano:

⁶ É importante destacar também que em alguns momentos utilizaremos o termo trabalhador e trabalhadora rural, reconhecendo-o numa perspectiva de classe e de categoria jurídica, amplamente adotado pelo sindicalismo rural, inclusive, enfatizado pelos jovens sindicalistas ao longo das entrevistas.

Por um lado, sofrem [os jovens] com as imagens pejorativas sobre o mundo rural e as conseqüências dessa desvalorização do mundo rural no espaço urbano – ou seja, a associação do imaginário sobre o “mundo rural” ao atraso e a identificação dos jovens como roceiros, peões, aqueles que moram mal. Por outro, no meio rural, muitas vezes são deslegitimados por seus pais e adultos em geral, por serem muito urbanos (CASTRO et. Al. 2009, p. 39).

Dentre os aspectos pungentes no senso comum está a caracterização do campo como essencialmente agrícola, com o um espaço limitado à produção de bens primários. Vale considerar que o campo é, sobretudo, heterogêneo, havendo espaço também para as atividades não-agrícolas e de serviços. Por outro lado, também não se pode pensar o agrícola de maneira homogênea. Frente a ele se apresentam diferentes modelos em disputa, desde os que apregoam a modernização e a produtividade a todo custo, caracterizado predominantemente pelo agronegócio, até os que valorizam as tradições familiares, os rituais coletivos de produção e o equilíbrio ambiental, sem com isso negar a dimensão econômica do trabalho.

É importante ressaltar que a relação dos povos do campo com a experiência do trabalho produz mais do que alimentos, produz cultura, identidades e novos significados sobre o seu território e sobre si, como afirma Miguel Arroyo (2009, p.77-78), referenciando-se na fala de Dom Tomás Balduino: “(...) a terra é mais do que a terra. A produção é mais do que a produção. Por quê? Porque ela produz a gente. A cultura da roça, do milho é mais do que cultura. É cultivo do ser humano. É o processo em que ele se constitui sujeito cultural”.

É importante conectarmos a dimensão do trabalho aos padrões de hierarquia social que submetem os jovens a um lugar social inferior, não só no âmbito nas relações de produção familiar, mas na vida em sociedade. Vale propor um destaque ao contexto das mulheres, jovens e não-jovens, normalmente invisibilizadas e subalternizadas, diante dos padrões patriarcais que moldam as relações de gênero, e que circunscrevem as mulheres ao espaço reprodutivo e privado, sendo este tido em oposição ao espaço da produção e do público.

As imagens sociais da juventude como fase transitória de desenvolvimento, em preparação para a vida adulta, privilegiadas na abordagem acadêmica, submetem os jovens a condições subalternas de inserção social. Problematicando

esta questão é possível perceber que os jovens do campo são localizados socialmente, como aprendizes do ofício agrícola, e, portanto, tidos como não emancipados e dependentes das ordens e transmissão de saberes oferecida, principalmente, pelo “pai-patrão” (Stropasolas, 2006), como nos situa Carneiro (2005, p. 243-244, grifo da autora):

Geralmente as pesquisas sobre a organização social no campo referem-se ao jovem apenas na condição de membro da equipe familiar, seja como **aprendiz de agricultor**, nos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, seja como trabalhador fora do estabelecimento familiar **complementando a renda** da família com seus salários precários e engrossando, assim as estatísticas sobre a população economicamente ativa (PEA) no meio rural.

Torna-se cada vez mais intensa nas práticas de pesquisa e nas ações dos movimentos sociais do campo, uma agenda que enfatiza a importância da juventude para a reprodução social da agricultura familiar e da identidade camponesa. Este aspecto se confirma pelas entrevistas como atesta a seguinte citação: “A agricultura familiar é uma cultura milenar e a gente sabe que cultura se ela não for passada, se não for investido na permanência dessa cultura ela se acaba” (Jovem dirigente). Dessa forma, torna-se explícito que a categoria juventude do campo está marcada pelo contexto de expectativa social, que reconhece as novas gerações como continuadoras das tradições camponesas. Entretanto, é necessário perceber este processo numa perspectiva de trocas e resignificações, e não como uma transmissão impositiva das tradições. As novas gerações apreendem os legados transmitidos, reinventando-os e construindo diferentes leituras e práticas da vivência camponesa, reconstruções essas também permeadas por discontinuidades e conflitos, como nos afirma Paulo (2011, p. 113) “os valores tradicionais, embora de nenhuma maneira fixos ou essenciais, mas sempre reinventados, reinterpretados, pelos próprios jovens por meio de suas ações [...]”.

Sendo a juventude do campo vista pelo espectro da perpetuação das tradições camponesas, as análises sobre a migração juvenil, campo-cidade, são lidas como ameaças ante o propósito de reprodução social da agricultura familiar e de suas tradições. Em muitos casos, as questões migratórias são compreendidas como uma preferência do jovem pelo padrão de vida citadino (que encontra lastro, na visão dualística entre rural e urbano). Por esta mirada, consubstancia-se uma espécie de responsabilização da juventude, ou em outros termos, a visualização da

juventude como problema, diante de um suposto abandono e desprezo por suas origens camponesas.

Neste tocante, há que se construir uma abordagem menos simplista e mais articulada, que reflita não só sobre as identidades e vocações do/a jovem, mas também considere as determinações expressas pelo modelo de desenvolvimento rural adotado, em suas diferentes nuances, como os contextos fundiários, macroeconômicos, culturais e políticos que determinam os lugares sociais desses/as jovens, sujeitos do campo.

Ferreira & Alves (2009) admitem, neste contexto, a combinação entre fatores internos e externos à família camponesa. Ao nos restringirmos à reprodução das identidades camponesas, às aptidões e vontades juvenis, estamos construindo uma abordagem que obscurece as relações de dominação e de negação dos direitos, historicamente reproduzidos entre as populações do campo, e num outro sentido estamos apostamos na responsabilização, de forma isolada, dos/as jovens, recriando, com isso, as noções de problema social.

É função do estado programar ações que visem mudar a realidade no campo, contribuindo para transformar o rural como ambiente próspero e sustentável, de forma a propiciar aos rapazes e moças do campo opções viáveis para construir seus projetos de vida em seu ambiente de origem. Não há como realizar isto sem repensar nosso modelo de desenvolvimento. (FERREIRA & ALVES, 2009. p. 257)

Diante destes pressupostos, é possível visualizar uma atuação juvenil focada na defesa das políticas públicas de juventude do campo. Neste patamar se insere uma ampla agenda propositiva, que leva em conta seus contextos e necessidades, e a importância de assegurar uma construção participativa.

Garantir com que a juventude que queira ficar no campo tenha a real condição de ficar no campo com acesso àquilo que ela acredita que é viver com dignidade, ou seja, é garantir com que a juventude fique no campo com acesso a política de ensino superior, por exemplo, esporte, cultura, lazer e, principalmente, com acesso a participação social. (Jovem dirigente)

O relato acima explicita vários enunciados. O primeiro deles entende a juventude para além da sua participação no processo produtivo e da dimensão do trabalho, tão fortes na esfera do movimento sindical, e nas vinculações, já mencionadas, do campo como um espaço exclusivamente agrícola. Entende-se, por meio deste fragmento, o/a jovem como sujeito integral e multidimensional, que

também quer ter assegurado, institucionalmente, o direito ao lazer, ao esporte e etc. As entrevistas evidenciaram uma agenda propositiva que demanda políticas públicas em torno da terra, da educação, da saúde, do lazer, da cultura, do esporte e de trabalho (para citar os mais centrais), concebendo estes direitos não apenas pelas vias do acesso, mas, prioritariamente, numa perspectiva diferenciada e contextualizada com as realidades do campo. Além disso, demarcam a necessidade da promoção de políticas públicas com maior participação social e co-responsabilização.

A luta da juventude do campo em torno destas e de outras questões expressa-se nos movimentos sociais, sindicatos, grupos, pastorais, associações e cooperativas, juvenis ou intergeracionais, ou em outros caminhos de participação e organização. Os/As jovens vêm disputando socialmente o direito a ser reconhecidos como agentes políticos, capazes de refletir e agir sobre o meio.

Os movimentos sociais do campo, como sujeitos coletivos de direitos e políticas, expressam e reafirmam a capacidade transformadora dos homens e mulheres do campo, quando se movimentam em marchas e ações coletivas buscando um objetivo comum. E, assim, instituem, de forma autêntica, novos direitos, construindo na prática experiências transformadoras (PONTES, 2012, p. 724).

É neste ambiente que a juventude do campo compartilha e (re)cria sua auto-identidade, pela organização e resistência, e confere maior vocalização e visibilidade social as suas demandas, disputando um modelo de desenvolvimento justo para o campo, protagonizado pelos sujeitos organizados nesta luta.

Na medida em que os movimentos sociais do campo revestem-se do papel de agregar potência à capacidade transformadora dos sujeitos, a partir de uma experiência coletiva, é que emergem com mais força o compartilhamento das identidades, a construção de direitos e de igualdade. Por outro ângulo, ao mesmo tempo que estes movimentos questionam as desigualdades, também convivem com alguns graus de reprodução destas diferenciações sociais, demonstrando que não são isentos de contradições.

A juventude do campo vem questionando o lugar social do não-direito e do não-reconhecimento, atuando **a partir dos movimentos sociais** (em sua dimensão externa – no âmbito das contradições instaladas na sociedade), como também,

dentro dos movimentos sociais (em sua dimensão interna – no contexto das contradições que imperam nesta esfera organizativa).

Será a partir do lugar de organização do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) que iremos abordar as experiências de participação das lideranças jovens do campo, reconhecendo-o como espaço de identidade e afirmação dos direitos. Neste fluxo, lançaremos nosso olhar sobre as contradições internas, que impõem restrições à inserção e organização da juventude do campo. Para atingirmos este propósito recorreremos às trajetórias de sete jovens trabalhadores/as rurais, buscando visualizar quais as estratégias postas em prática por estes sujeitos.

4- JOVENS, DO CAMPO E DIRIGENTES: UMA HISTÓRIA RECENTE DE ORGANIZAÇÃO NO SINDICALISMO RURAL.

Depois de termos nosso olhar sobre as construções históricas que edificaram a categoria juventude e sobre as representações sociais que conferem visões essencializadas e lugares de subordinação aos jovens do campo, pretende-se caminhar um passo a mais, na tentativa de compreender quem são os/as jovens dirigentes. Portanto, é importante demarcar, nas primeiras linhas deste capítulo, que o conjunto de representações sociais que classificam o ser jovem do campo, reproduz-se no ambiente sindical assumindo contornos próprios. Mesmo estando estes jovens na condição de dirigentes, de representantes da categoria, suas caminhadas são marcadas por preconceitos e discriminações, e por relações de poder que os colocam em condições diferenciadas, de subordinação, vividas não sem resistência. Entende-se as relações de poder, a partir da seguinte concepção:

(...) poder é qualquer relação social regulada por uma troca desigual. (...) As trocas podem abranger virtualmente todas as condições que determinam a acção e a vida, os projectos e as trajectórias pessoais e sociais, tais como bens, serviços, meios, recursos, símbolos, valores, identidades, capacidades, oportunidades, aptidões e interesses (SANTOS, 2011. p. 266-267)

Ser jovem do campo e dirigente sindical combina uma identidade que se traduz na vivência enquanto jovem camponês, experienciada dentro do espaço político de atuação, neste caso a esfera sindical. É neste ambiente que os/as jovens afirmam e (re)vivem a sua diferença, buscam reconhecimento e defendem a igualdade, demarcações estas geradoras de relações de tensão e conflito.

Um componente que marca os depoimentos dos/as jovens dirigentes, diz respeito à dimensão do trabalho. O trabalho é tido como matriz formadora da sua identidade e da sua inserção na vida social, familiar e comunitária, reiterando as afirmações oferecidas por Stropasolas (2006, p.132-133, grifo da autora):

[...] é principalmente em torno da dinâmica reunida nas categorias **terra, trabalho e família** que os agricultores familiares organizam seus valores, expectativas e representações da vida social.

[...] Os agricultores “camponeses” sempre depositaram na **terra**, sobretudo na propriedade da terra, as esperanças de reconstrução do núcleo familiar.

[...] O **trabalho**, fonte e condição básica para a sobrevivência e reprodução dos membros familiares, é afirmado como atributo singular do caráter familiar na agricultura, cujas peculiaridades e contornos procuram ser

transmitidos para as futuras gerações, embora com representações diversas nas gerações atuais.

[...] As relações de trabalho, a cooperação e a reprodução da força de **trabalho familiar** e suas condições objetivas, marcadas, muitas vezes, pela divisão social das tarefas entre seus membros, pela jornada extensiva, pela constância e esforço físico, são mobilizadas de forma conflituosa no processo de produção mercantil. [...] [Além disso] embora se faça referência à família como um ator coletivo, como uma instituição sociocultural e econômica que interage no todo social, ela está longe de se constituir num “mundo encantado”, sem contradições.

A lida na terra da família, o trabalho em terras de terceiros, a migração para o corte de cana em São Paulo (como forma de garantir melhores condições de vida no campo para os demais familiares), a criação dos animais e a realização das tarefas domésticas (trabalho reprodutivo indispensável para a vida familiar) ganharam destaque nos momentos de entrevista. Por outro lado, fica nítido que este trabalho, enfatizado pelos/as jovens, vem normalmente desacompanhado de oportunidades de acesso aos bens de produção (terra, bens naturais comuns, etc.), do compartilhamento do poder de decisão sobre os rumos da produção, e comercialização, e de limitações frente ao acesso à renda. Tais limites demonstram os graus de conflitos instaurados na relação com a **terra, o trabalho e a família**, construídos historicamente pela desvalorização dos povos do campo e pelas contradições inerentes às relações familiares, geracionais e de poder.

A juventude do campo, enquanto sujeito político específico, é uma categoria recente, inclusive nas dinâmicas e estruturas do MSTTR. Frente ao exposto, é necessário estabelecer uma distinção ante o discurso proferido pelas lideranças sindicais, o qual afirma que os/as jovens sempre estiveram presentes na história de luta deste movimento, desde a década de 60. Enfatizo que quando se fala em participação e organização juvenil, neste estudo, está se falando de uma organização de juventude edificada a partir da construção e afirmação de identidades comuns, compartilhadas por jovens. Esta identidade juvenil-camponesa assume corpo orgânico, dentro da esfera sindical, a partir dos anos 90, quando a juventude passa a requerer para este espaço, abordagens e políticas diferenciadas, porém integradas às dinâmicas sindicais. É neste momento que se deflagra o questionamento sobre as relações discriminatórias atribuídas à condição juvenil, disputando ações que levem em conta suas especificidades e contextos, e que redundem em reconhecimento e valorização do seu papel social. Em outras

palavras, não estamos fazendo uma mera contagem, buscando identificar, desde à fundação das instâncias sindicais até os dias de hoje, quantas pessoas se incluem numa determinada faixa etária, definidora da juventude, para assim deduzir quantas delas passaram pelo movimento sindical. Em verdade, buscamos compreender a juventude como uma auto-identidade, que produz uma agenda política própria, a partir de demandas e contextos específicos. Partindo desta afirmação, pode-se concluir que a participação da juventude no sindicalismo rural, ganha vida a partir da segunda metade dos anos 90.

Buscando entender melhor a emergência da juventude do campo nos espaços de participação do MSTTR, recorreremos aos registros dos Congressos Nacionais de Trabalhadores Rurais da CONTAG (CNTRs), que se apresentam como altas instâncias de deliberação da classe trabalhadora rural, traduzindo a plataforma política que orienta as lutas da categoria. Pode-se perceber, pelos Anais dos primeiros Congressos, que não há referências sobre a juventude do campo, sendo as únicas expressões que se aproximam deste segmento as de **filhos e dependentes dos trabalhadores rurais**, sempre vinculando-os ao tema da educação. Nos Anais do 2º e 3º CNTTRs são apresentadas recomendações ao governo, no sentido da promoção de programas de alfabetização, de bolsa de estudo para permanência na escola e de qualificação profissional, voltados aos “filhos do trabalhador rural” ou “seus dependentes”, o que inclui, neste caso, não apenas os/as jovens mais também outros familiares.

Que o **filho do trabalhador rural** bolsista [do Programa Especial de Bolsas de Estudos/PEBE] não perca a bolsa quando reprovado mediante declarações do Estabelecimento de ensino e do Sindicato apresentando motivos externos justos, como seja falta de condições físicas e ausências justificadas (CONTAG, 1973, p.105, grifo da autora)

Que a CONTAG solicite do Ministério da Agricultura a criação de colégios Agrícolas Regionais, dando prioridade de matrícula aos **filhos de Trabalhadores Rurais sindicalizados** (CONTAG, 1973, p.111, grifo da autora)

No meio rural, existe um baixo índice de escolaridade, com graves prejuízos para os trabalhadores e **seus dependentes**. Além disso sua baixa renda e seu elevado número de dependentes não lhes oferecem condições de custear as despesas com educação (CONTAG, 1979, p. 134, grifo da autora)

Nestes primeiros aportes, os/as jovens são vistos como dependentes do pai, filhos do trabalhador, da mesma forma que as crianças e mulheres (esposas e

dependentes dos seus maridos, privadas da sindicalização), não sendo sujeitos em si, mas assumidos a partir de uma mediação masculina, paterna e matrimonial.

É necessário neste momento, abrir um parêntese para registrar que a década de 80 caracteriza-se como um momento de profundo clamor por liberdades democráticas e de emergência de novos atores e bandeiras. É neste momento em que são fundados movimentos sociais representativos para a luta camponesa, como o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). É também neste período, em 1983, que se cria a Pastoral da Juventude Rural, no âmbito das Pastorais sociais da Igreja Católica, que assume valioso papel na organização e protagonismo da juventude do campo. Esses componentes interferem do ponto de vista simbólico, político e prático, sobre os rumos da democracia e participação no Brasil. Eles prepararão o terreno para a emergência da organização das juventudes, por abrir caminhos para recompor a cena política, a partir da emergência de **novas identidades e atores**, e da construção de agendas diferenciadas em torno dos direitos e da cidadania. Em se tratando da onda de democratização nos países do sul, vivida a partir da década de 1970, e intensificada nos anos 80 e 90, podemos destacar que:

[...] junto com a ampliação da democracia ou sua restauração, houve também um processo de redefinição do seu significado cultural ou da gramática societária vigente. Assim, todos os casos de democracia participativa estudados iniciam-se com uma tentativa de disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, por uma tentativa de ampliação da gramática social e de incorporação de novos atores ou de novos temas na política (AVRITZER & SANTOS, 2008, p. 28).

Diante da emergência destes novos atores e de novos temas, vemos um discurso sindical mais enfático em torno das questões nacionais e da defesa da democracia. Em maio de 1985, durante o 4º CNTR são aprovadas duas propostas em torno da organização específica da juventude do campo. Os registros deste Congresso mostram a incorporação do termo juventude e da necessidade de realizar uma ação específica com este segmento, focada na estratégia da educação sindical:

Desenvolver um trabalho específico junto aos jovens, visando a formação de **futuras lideranças** para o Movimento Sindical; (CONTAG, 1985, p. 52, grifo da autora)

realização de um Congresso Nacional de Jovens, em 1986 e o desenvolvimento de um trabalho específico com jovens visando a formação de **futuras lideranças** para o movimento sindical (CONTAG, 1985, p. 52, grifo da autora)

Contudo, estas proposições representam mais uma preocupação com a garantia de vida longa ao movimento sindical, a partir da formação de lideranças que serão acionadas no futuro, do que propriamente o reconhecimento da importância da participação e organização juvenil no MSTTR. Estes registros nos informam que o/a jovem é visto, neste momento, na esfera sindical, como ser em formação, como agente do futuro. Tais reflexões demonstram seu alinhamento com as teorias produzidas pela sociologia da juventude.

Observando as deliberações do 5º CNTR vê-se a permanência das vinculações entre juventude, acesso a educação formal e formação sindical, para a renovação dos quadros diretivos. Porém, chama a atenção o fato das questões da juventude estarem inseridas na agenda propositiva das mulheres, colocada com maior intensidade neste Congresso. Esta informação nos leva a crer que muitas das referências aos jovens foram sustentadas ou inspiradas pela organização das mulheres⁷, também invisibilizadas nas dinâmicas sindicais. Ao longo da história de organização do movimento sindical as trabalhadoras rurais vêm pautando suas questões e demandas. Embora não seja possível, neste trabalho, aprofundar a discussão em torno da luta das mulheres por participação e reconhecimento no MSTTR é necessário compreendê-la como referência positiva para organização da juventude, dimensão que se revela através das alianças vivenciadas ao longo desses anos e das próprias falas dos/as jovens, que se animam a questionar e agir, tomando como exemplo as trabalhadoras rurais, como aparece nesta menção: “[...]”

⁷ A luta das mulheres no MSTTR constrói-se pela via do reconhecimento social, superação das desigualdades e garantia de direitos, especialmente os previdenciários. No 4º e no 5º Congresso vemos um amplo questionamento aos limites impostos à participação das mulheres, convocando o movimento sindical a superá-los, com vistas a promover o engajamento feminino, de maneira autônoma. Por este caminho, em 1989, constituiu-se a Comissão Nacional Provisória de Mulheres, vinculada a Presidência da CONTAG. Em 1995, depois de um amplo processo de organização das mulheres, a CONTAG teve a primeira dirigente a integrar a diretoria. Esta conquista resultou da mobilização das trabalhadoras rurais, que no 5º Congresso da CONTAG (1991) elaboraram uma Moção questionando o processo de composição da chapa da entidade, composta exclusivamente por homens, sem o envolvimento e protagonismo das mulheres. Durante os anos seguintes, as trabalhadoras atuaram de maneira intensa até que em 1995, a Senhora Ilda Margarida assumiu a Coordenação de Mulheres Trabalhadoras Rurais, vinculada a Secretaria de Formação e Organização Sindical.

eu percebo, que as companheiras mulheres, também hoje já construíram muita coisa. E foi com garganta, foi com pressão mesmo” (Jovem Dirigente).

Na década de 1990, o movimento sindical construiu um amplo processo de debate na base, para a estruturação do que se denominou Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), que nascia com o propósito de se contrapor ao neoliberalismo. É diante deste processo de reflexão de base, que se aprofundam os enunciados da participação e controle social das políticas públicas, da afirmação da reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar, e do questionamento das relações de opressão fundadas nas desigualdades de gênero, geração, raça e etnia, numa perspectiva classista.

No 5º CNTR, em novembro de 1991, o MSTTR identificou a necessidade de construir um projeto político que dialogasse com as demandas e prioridades do MSTTR, que fosse alternativo ao neoliberalismo e, tivesse no ser humano o centro das suas ações políticas. Esse projeto só viria a ser explicitado em 1995 e aprovado em 1998. Começava a ganhar forma, a ideia original do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS. (CONTAG, 2003, p. 50)

A construção do PADRS parte da necessidade de definir as bases do modelo de desenvolvimento rural defendido pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, frente ao avanço do neoliberalismo. Este processo de construção se deu de maneira participativa envolvendo trabalhadores/as e dirigentes em nível local. O PADRS⁸ tem por princípio a realização de uma ampla e massiva reforma agrária e o fortalecimento e valorização da agricultura familiar.

Foi neste período, não ocasionalmente, que emergiu a organização da juventude do campo dentro do MSTTR, a partir da estruturação de uma agenda própria e da institucionalização de políticas afirmativas em favor da participação. O debate descentralizado fez emergir a voz dos/as jovens do campo, seus quereres e olhares. Durante os anos de 98 e 99, foram desenvolvidos Seminários Regionais da Juventude Rural, que culminaram com a realização do I Encontro Nacional de Jovens Rurais (em 1999). Vale ainda destacar, que ao longo dos anos 90 há registros de várias iniciativas estaduais e municipais de juventude, a exemplo da

⁸ No ano 2005, o PADRS incorpora a dimensão da solidariedade, passando a ser conhecido como Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS (CONTAG, 2005). Portanto, em outras passagens deste texto é possível que se faça referência a sigla PADRSS, incorporando mais um “s” de solidariedade.

constituição da Comissão Estadual de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (em 1992), e dos encontros e ações locais desenvolvidas pelas Pastorais sociais da igreja católica, principalmente pela PJR, em parceria com os sindicatos.

A partir desse Encontro Nacional foi sistematizada uma agenda política, mais robusta, da juventude do campo, demandante do reconhecimento dos jovens como sujeitos inseridos nas dinâmicas produtivas, sociais, culturais e políticas do campo. Esta dimensão norteou as propostas no tocante às políticas de reforma agrária, educação, saúde, esporte e cultura, evidenciando-os como seres integrais, para além das convenções que os circunscrevem nos ambientes da formação, qualificação e trabalho. Além disso, neste mesmo período se constituía a Comissão Provisória de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, embora de forma descontinuada e temporária.

É em 2000, durante a realização do 2º Congresso Nacional Extraordinário, que o MSTTR assume a faixa etária dos 16 aos 32 anos como definidora da juventude. Este recurso foi adotado para delimitar melhor o segmento juvenil, estabelecer parâmetros para a monitoramento das políticas de governo, destinadas a este segmento, e avaliar o impacto das ações de juventude em desenvolvimento no movimento sindical. Mesmo admitindo que qualquer recorte etário se traduz num recurso arbitrário, por não refletir as subjetividades e contextos que conformam a categoria juventude, o MSTTR fez esta opção. Segundo depoimentos, analisou-se, para a definição desta faixa etária, os dados estatísticos sobre a juventude do campo. Por meio dessas análises se explicitou uma dura condição, marcada pela inserção tardia na escola, aliada às dificuldades de acesso e permanência, bem como, os limites colocados para o acesso a terra e renda pela juventude. Tais componentes desmontaram uma condição juvenil diferenciada entre os/as jovens do campo, que convergiram para a escolha desta faixa etária como mais representativa das diferentes vivências juvenis-camponesas. Diante destes esclarecimentos, fica nítido que é preponderante, no MSTTR, a ótica etária para definição e organização da juventude, este traço se apresenta bem acentuado nas falas dos/as entrevistados/as.

Mesmo entendendo que a faixa etária é uma diretriz forte, no movimento sindical, para conceber a condição juvenil, por outro lado as opiniões dos/as entrevistados/as demonstram que mesmo respeitando a idade definida, ser jovem do campo e dirigente passa por compartilhar identidade e vivências comuns, que vão muito além de possuir entre 16 e 32 anos ou ocupar a função de coordenador/a de jovens, como se explicita a seguir: “Porque assim, não basta ser coordenador de jovem, tem que pensar como jovem e tem que se ver e enxergar os desafios do que é ser jovem dentro do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais” (Jovem Dirigente).

Em 2001, durante o 8º CNTTR foi eleita a primeira Coordenadora de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, a jovem Simone Battestin, do estado do Espírito Santo. Por meio da constituição desta Coordenação, ampliou-se a organização de juventude em todo Brasil. Este momento também demarca a consolidação da CNJTTR, que passa a ser uma instância de caráter permanente e que conta com maior representatividade na participação dos estados.

Mas a institucionalização da organização de juventude no MSTTR também foi marcada por processos de instabilidade. A Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por exemplo, foi fortemente atingida por uma participação em certa medida vigiada, que destinava pouca autonomia e empoderamento para a juventude no movimento sindical. Um traço desta discussão se expressa na extinção, temporária de algumas Coordenações Estaduais de Jovens, sobretudo, nos anos 2000:

O coordenador saiu por conta de conflito dentro do próprio movimento, **por não concordar com várias questões de negação da história da própria juventude** e aí ele saiu (Jovem dirigente, grifo da autora)

a coordenação de jovens da Federação entrou em crise, **uma crise de relação mesmo**. Quer dizer, atropelou as coisas, enfim... viu que os jovens a nível de região tava crescendo, tava assumindo volume e qualidade, e a nossa coordenação se atropelou um pouco. E aí acabou extinguindo, a coordenação acabou. (...) a gente passou em torno de... do mês de maio de 2005, nós fomos reverter a situação em fevereiro de 2006 (Jovem dirigente, grifo da autora)

Então, é importante considerar que as relações de conflito estabelecidas originam-se não só de tensões entre as diferentes gerações, mas também, e talvez

de maneira determinante, por ser o sindicato, federações⁹ e CONTAG espaços de relações de poder, intensas e desiguais. As falas transcritas acima revelam que a saída dos/as jovens coordenadores/as deriva das discordâncias, conflitos e “crises de relação” internas. A agenda de compartilhamento do poder e de decisões que vinha sendo defendida pela juventude chocou-se com as dinâmicas de autorização instaladas no MSTTR. Numa outra perspectiva, as interdições à ação da juventude, por meio da extinção de estruturas organizativas, foram acompanhadas de um processo de resistência e negociação, protagonizado pelos/as próprios/as jovens. Mesmo recompondo os espaços de juventude, sabe-se que estas estratégias não são suficientes para assegurar, plenamente, a participação com autonomia.

Retomando os marcos da organização da juventude no MSTTR vemos, a partir de 2003, que a agenda política dos/as jovens do campo se expande no sentido de incidir sobre as estruturas de estado, exigindo direitos e propondo políticas diferenciadas para o segmento:

Das ações do Projeto “Juventude Rural – protagonista do desenvolvimento local sustentável” surgiu a Carta Proposta da Juventude Rural, um documento histórico para o MSTTR, que traz propostas de ações para os governos e para dentro do MSTTR, ação essa que se reproduziu em alguns estados que também formularam e entregaram sua carta proposta ao Governo Estadual. (CONTAG, 2005. p. 184)

No 9º CNTTR, em 2005, foi aprovada a cota de participação, de no mínimo, 20% de jovens nas instâncias do Movimento sindical (CONTAG, 2005). As narrativas dos jovens sobre o momento da aprovação da cota é permeada por muita euforia, não só pelo seu impacto ante as dinâmicas sindicais, mas, principalmente, pelas tensões e ameaças que circundaram este momento: “dentro do 9º Congresso eu não consigo me lembrar de outra coisa que não seja aquela plenária final, onde a gente aprova as coisas que vieram dos grupos bem balanceado... [lembro] da plenária final... de passar [aprovar] ali a cota da juventude” (Simone Battestin).

Novos esforços empreendidos, agora em 2007, para pôr de pé um antigo desejo da juventude, realizar o Festival Nacional da Juventude Rural (CONTAG, 2009). Em seu desenho, um misto de proposição e negociação de políticas públicas,

⁹ Quando se fala em Federações nesta monografia, estamos nos referindo as Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs). Estas instâncias são parte do sistema confederativo, que conta com os sindicatos, nos municípios, com as FETAGs no Estado e com a CONTAG em nível nacional.

junto aos governos, e de vivência de linguagens formativas, culturais e esportivas protagonizadas pela juventude. As duas atividades nacionais (ocorridas em 2007 e 2010) foram precedidas dos Festivais Estaduais e Municipais. O Festival Nacional da Juventude Rural é hoje, uma ação que está institucionalmente incorporada à agenda do MSTTR, sendo prevista para acontecer a cada três anos.

Vale ressaltar que nenhuma dessas iniciativas foram implementadas de forma harmônica e consensual, pelo contrário, cada um desses passos contou com manifestações de resistência, contornadas pela ação organizada da juventude, pelas alianças construídas e pela reorientação das estratégias, questões estas que aprofundaremos nos capítulos que se seguem.

Resgatando as trajetórias de organização e participação da juventude do campo no sindicalismo, oferecidas pelas entrevistas, percebemos que os seus primeiros passos, na década de 90, são fomentados por processos mais amplos de organização da juventude, que se expressam, no campo e na cidade, a partir de grupos culturais, pastorais, projetos comunitários, dentre outros. Portanto, o MSTTR passa a ser provocado pelas juventudes inseridas nas pastorais e em outros grupos, no sentido de incluir as especificidades juvenis na sua agenda política.

nós dois coordenava [o grupo de jovens da igreja] e nós começamos a se aproximar de tudo que era organização que tinha, de visitar as comunidades carentes da zona rural e da cidade, das associações e foi daí que a gente conheceu a Associação do Vale do Corda que fazia muita mobilização com o sindicato. Era os sem-terra, tinha muita fazenda ocupada no município, né?! Inclusive, várias delas viraram assentamento no município. Na região o sindicato, mais a associação, tinha um poder muito grande lá de articular na região (Willian Clementino)

Constatamos que a participação no MSTTR está normalmente vinculada à incidência em outras dinâmicas organizativas, como nas cooperativas, nas associações, mas, em especial, nos grupos religiosos, principalmente entre os jovens que ingressaram no sindicalismo a partir dos anos 90. A participação nas pastorais de juventude é, em alguns casos, a porta de entrada para o movimento sindical, como atesta a seguinte fala:

[...] Foi uma época que a diocese, que a pastoral da juventude trabalhava muito nisso, nessa coisa da fé e da política. De como a gente intervir, de tá nos espaços, de estar participando, de mudar a realidade, de uma

importância de ser jovem, né?! E qual é o papel da juventude. (Willian Clementino)

Fica nítido, que os primeiros passos da organização juvenil nas esferas sindicais deram-se pela provocação da juventude organizada em outros espaços participativos, vinda da base. Se por um lado a ação dos/as jovens, na base, demandou maior institucionalidade e peso à organização da juventude nas instâncias do MSTTR, especialmente a nacional, por outro, estas estruturas nacionais, quando consolidadas, induziram em alguns estados o trabalho de base, inclusive, tendo um papel importante até os dias de hoje.

Olha na verdade começou [a organização da juventude no município e estado], eu acredito, no processo aqui nacional, né?! Foi em 2004 que começou a organização da juventude, aí se fortaleceu no estado também, embora a gente sempre teve muita juventude, mas era como eu disse, a gente não via o sindicato como um espaço de juventude. (Jovem dirigente)

Não era um trabalho sistemático, não era um trabalho permanente, era um trabalho esporádico e era um trabalho fruto do que já estava acontecendo aqui [na CONTAG] e que a Federação vinha, tava vindo à reboque (Simone Battestin)

Diante desta questão, vemos um movimento dialético, onde por um lado, são gerados os primeiros processos de organização da juventude puxados pela base, e onde por outro, num sentido inverso, tais resultados gerados, consolidados pela institucionalidade nacional, passam a induzir as ações de base. Então, se podemos falar que para os/as jovens que ingressaram no MSTTR, na década de 90, as pastorais de juventude tiveram um papel importante, por outro se pode afirmar, que para a geração que chegou em 2000, além desses grupos e organizações, os processos impulsionados pela Coordenação e Comissão de Jovens da CONTAG fez a diferença, influenciando e animando a juventude para o engajamento nas instâncias estaduais, municipais e locais.

Por diferentes caminhos os/as jovens do campo foram construindo sua história no movimento sindical. Mas, quais serão os sentidos que conferem a esta participação? Esta será uma das questões a serem abordadas no próximo capítulo.

5- JOVENS VOZES DO CAMPO: O QUE REVELAM SOBRE OS SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO?

A fala dos/as jovens entrevistados/as possibilita-nos enxergar os diferentes sentidos conferidos à participação. A partir delas enxergamos as motivações para incluir-se espaço participativo, além de revelar como a juventude se vê e é vista neste ambiente. Esse é o desafio que se apresenta neste capítulo, entender os mecanismos simbólicos e práticos da participação engendrada pelos/as jovens do campo na esfera sindical.

Participação para os/as entrevistados/as transcende a mera presença nas ações sindicais, tem por princípio o sentir-se parte e apropriar-se dos significados políticos deste espaço. Em outras palavras, fica nítido que, embora tenham ingressado no MSTTR num dado momento, só se reconhecem como parte deste espaço, quando compreendem a verdadeira missão do movimento, quando esta missão faz algum sentido para a sua vida, enquanto jovem do campo e trabalhador/a rural, e quando passam a ser visualizados em sua participação.

O primeiro registro que nos informa sobre esta questão é o fato da maioria dos/as jovens afirmarem ter ingressado no MSTTR sem entender qual o papel e a ação do sindicato. Uma das falas traduz bem esta questão, fazendo referência aos primeiros encontros de jovens no mundo sindical, e ele conclui: “ninguém conhecia a federação, muito pouco de sindicato... até falava mal do sindicato, por não entender, não conhecer” (Jovem dirigente).

A participação no movimento sindical não se dá por decreto, ou por mecanismos concretos, como por exemplo, pela carteira de sindicalização, pela presença nas assembléias ou em outras atividades. São as vivências experimentadas neste espaço que fazem fluir as compreensões sobre a participação, renovando os sentidos da ação da juventude no movimento sindical:

Em 96, eu acho, 96 mais ou menos, teve o salão nordestino da agricultura familiar, foi a coisa mais linda que eu já vi na minha vida. **Foi ali que eu passei a estar do movimento sindical**, por que até então eu tava no sindicato sem saber nem o que danado era aquilo. Mas eu comecei a ver que o sindicato tinha a ver com tudo que tem na vida de uma pessoa que mora e trabalha no campo. Porque lá eles tavam falando de produção, de crédito de assistência técnica (Elenice Anastácio, grifo da autora).

Daí eu comecei ver que muitas das coisas que a gente vivia na prática, na propriedade, tinha toda uma questão política, que era uma discussão, que era um trabalho, que era uma defesa do sindicato, e isso me fez cada vez mais participar da regional [sindical] (Jovem dirigente).

Mais do que uma descoberta sobre quando “cai a ficha” da participação nesta esfera organizativa, discorreu-se sobre qual o papel do sindicato. Nesse sentido, é apontada a necessidade dos sindicatos e do movimento, como um todo, construir uma agenda sistemática, que envolva os sócios nos processos de decisão, que garanta momentos de debate, de vocalização das demandas, e de integração nos debates estaduais e nacionais. Além disso, há uma compreensão de que o próprio trabalhador/a rural, jovem, deve exercer um monitoramento e controle das ações sindicais, reivindicando dos dirigentes as medidas necessárias para a construção de uma agenda sindical forte.

Participar do sindicato, eu entendo hoje que é você acompanhar o dia a dia do sindicato, nas assembléias, nas reuniões, nas atividades, [...] ver o que é que tem de novidade pra juventude, participar das atividades de juventude, incentivar o sindicato a realizar atividades com juventude, porque se não tiver um jovem ali cobrando os diretores podem acomodar e não ter atividade com a juventude. Sindicalizar e participar do dia a dia do sindicato (Jovem dirigente).

Como pudemos perceber no capítulo anterior, os primeiros contatos com o sindicato são mediados pela participação em outros espaços. São, em certa medida, consequência de um processo anterior de organização e ação consciente sobre o seu meio. Mas, o que dá sentido a esta participação? A primeira evidência se reflete no pertencimento a uma, ou a múltiplas, identidades sociais, neste caso, a identidade enquanto jovem do campo. É uma ação deliberada de afirmação da diferença e das idiossincrasias. Da mesma forma que se reconhecem como sujeitos jovens e camponeses, também denunciam os cerceamentos conferidos a eles/as, por sua juventude. Na maioria das falas estes estigmas e descréditos, depositados na juventude, deixam marcas profundas, mas ao mesmo tempo dão impulso à luta:

[...] quando eu cheguei na regional e via, assim, que todo mundo me queria bem, era muito queridinha, mas eu percebia que quando eu me inscrevia pra falar, eles me viam assim, que eu era muito novinha, então... que eu ia falar asneira né?! Eu percebia pelo olhar de cada um que eu ia falar bobagem. E até hoje eu percebo isso com os nossos secretários de jovem, quando eles se inscrevem. (Jovem dirigente)

sempre há desconfiança, aquele pé atrás de colocar o jovem pra fazer,
pra atuar, por que tem medo, que acha que o jovem não pode ser capaz,

não pode dar conta de certo processo, de certa atividade. Essa pouca credibilidade que se dá a juventude (Jovem dirigente, grifo da autora).

[o que] **me marca às vezes, e também me impulsiona**, é as condições que muitas vezes não é dada, e também como não é dada pra outros atores, mas que pra juventude eu acho que a situação hoje, dentro do movimento, se encontra com mais vulnerabilidade. (Jovem dirigente, grifo da autora).

É necessário salientar uma curiosa constatação, que diz respeito às primeiras atribuições conferidas às jovens no momento de entrada no MSTTR. Entre as cinco jovens entrevistadas, quatro delas afirmaram que a sua função inicial no sindicato, cooperativas e associações, desempenhada na condição ou de voluntária ou de dirigente, foi a realização de atividades burocráticas. Já entre os jovens entrevistados (dois), um deles desenvolveu este tipo de atividade quando ingressou na associação comunitária:

eles precisavam de alguém que contribuísse ali no dia a dia. Nas atividades do dia a dia, pra atender pessoal, fazer ficha, pra encaminhar os processos, organizar os processos do INSS. Precisava de alguém que fizesse aquilo ali, porque a pessoa que fazia saiu do sindicato. Essa pessoa era diretora também do sindicato, e teve que mudar, então eu entrei na época foi pra contribuir diretamente com esse trabalho. (Jovem dirigente)

me convidou pra ir ajudar a organizar o livro de registro de associados. Tinha um livro que tava com as matriculas meio irregular, ela pediu pra mim passar os nomes dos associados do livro velho para o livro novo. (...) Então inicialmente eu entrei no sindicato pra ajudar nas questões burocráticas, porque o sindicato tava se reestruturando. (Jovem dirigente)

Nessa equipe tinha uma moça que precisou tirar férias e como eu era envolvido, eles me chamaram pra mim ficar lá na secretaria lá da associação, do projeto, tirando férias dessa moça, né?! (Willian Clementino)

Tais afirmações demonstram que, sobretudo, para as jovens mulheres, são destinadas tarefas mais corriqueiras, enquanto para os homens, mais velhos, ou mais experientes, o papel de decidir, de pensar e atuar sobre os rumos do sindicato, da cooperativa ou da associação. Esta divisão sexual e geracional do trabalho reforça estereótipos impositivos, que circunscreve a juventude no lugar que a prepare e forma.

Outras demonstram que o cerceamento à participação da juventude reveste-se de distintos componentes discriminatórios, que não se limitam a uma condição geracional, mas que se revestem de outras expressões de desigualdade, sobretudo, relacionadas às questões de gênero.

o movimento sindical acha que a juventude é pra animar reunião, escrever, porque tem uma letra mais ou menos, mas não acreditava nesse potencial da juventude como transformadora desse lugar que nós estamos, **principalmente quando é mulher jovem** (Elenice Anastácio, grifo da autora).

Como bem define Santos (2011), as relações de poder são marcadas por “elos da cadeia de desigualdade”, caracterizados pela combinação de diferentes dimensões como raça, sexo, classe, idade, dentre outras, que colocam determinados sujeitos em contextos de subordinação, quando comparados a outros e a outras oportunidades. Na aceção do próprio autor:

Numa determinada situação de exercício de poder, pode dar-se uma convergência entre elos da cadeia de desigualdade tão diversos como raça, sexo, classe, idade, nacionalidade, recursos educativos, etc., e, embora a situação seja quase sempre organizada e enquadrada discursivamente pelo elo mais próximo ou por aquele que funciona no modo de alta tensão (voltaremos a esta questão mais adiante), o elo mais próximo pode não ser necessariamente o mais desigual ou o mais determinante no conjunto de desigualdades que constituem a trajetória de vida e as oportunidades de uma dada pessoa ou de um grupo social. (SANTOS, 2011, p. 267)

Ou ainda, de forma mais ilustrativa

As relações entre um casal de trabalhadores, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, pertencentes à mesma minoria, são iguais (ou mais iguais) enquanto membros da mesma minoria étnica e enquanto trabalhadores; mas são desiguais (ou menos iguais) na medida em que pertencem a sexos diferentes. Contudo, essa combinação de igualdade/desigualdade transforma-se numa nova combinação sempre que eles se relacionem com trabalhadores do sexo masculino ou do sexo feminino pertencentes à maioria étnica ou a outra minoria étnica. (SANTOS, 2011, p. 267)

A sobreposição de estigmas e representações sociais que restringem os espaços dos jovens, das jovens mulheres, da juventude negra, dentre outros, torna-se mais nítida a partir das privações concretas, mas também se expressam por meio de enunciados simbólicos e por vezes sutis. Por outro lado, é preciso recuperar, a partir das idéias de Santos, uma visão menos mistificada sobre os jovens dirigentes como únicos alvos de discriminação. De forma mais precisa, quero dizer com isso que os próprios jovens também exercem relações de poder diante de outros sujeitos, jovens e não-jovens, na medida em que se localizam num lugar de maior autorização, concebido nos “elos da cadeia de desigualdade”. Entretanto, é honesto admitir que os limites de um trabalho monográfico não nos permite alcançar, com coerência e profundidade, as complexas questões levantadas por Boaventura Santos, mas buscaremos, na medida do possível, estabelecer estas conexões.

O sentido máximo da participação dos/as jovens do campo no MSTTR, segundo os relatos dos/as entrevistados/as, é a busca pela ampliação dos direitos e acesso a políticas públicas compatíveis com seu contexto como camponês e jovem. As falas remontam o desejo do/a jovem de permanecer no campo, e reconhece o movimento sindical como instância importante para garantir esse direito a partir de uma ação forte e coletiva, que paute os governos para que cumpram o seu papel de garantir os direitos aos cidadãos.

Nesta altura do debate julgo interessante incluir as reflexões oferecidas por Lavallo (2011) sobre a utilidade da participação. Nesse sentido o autor identifica duas dimensões: a) participação como ação valiosa em si mesma, por promover a inclusão e a autodeterminação dos representados, atuando sobre a tirania do governo de poucos; b) participação como valiosa pelos efeitos e conseqüências geradas, sobretudo, no que tange aos impactos produzidos sobre a eficácia das políticas públicas, sobre o reforço da noção de coletividade e sobre o interesse público e a aprendizagem, individual e coletiva, adquirida a partir da vivência participativa. Se confrontarmos tais concepções com o discurso dos jovens do campo, veremos um reforço a muitas dessas dimensões.

Pelos muitos relatos, vemos que a participação é tomada como positiva pela possibilidade de alcançar resultados exitosos, como anunciou Lavallo (2011). Na esfera sindical, os efeitos gerados/esperados são a conquista de melhores condições de vida e trabalho para o povo do campo, a partir da organização da categoria, para reivindicar e defender direitos. No caso da juventude, manifesta-se a afirmação pelo direito de permanecer no campo com dignidade:

[...] o movimento sindical ele vem trabalhando e reivindicando políticas públicas, que ainda não são as políticas que a gente quer, mas já conquistamos muita coisa pra os trabalhadores rurais como um todo. Garantir a organização do povo e da juventude, pra que juntos a gente possa tá se fortalecendo e tá resistindo. **Se eu quero ficar no campo, eu preciso tá organizada, eu preciso tá é dando as mãos e fortalecendo a classe como um todo.** (Jovem dirigente, grifo da autora)

É preciso reconhecer que os resultados alcançados são fruto de uma ação compartilhada, uma ação coletiva, mobilizada pela identidade de classe que se cruza a outras pertenças, portanto, não se dá por mágica ou benevolência, mas por resistência.

Se por um lado os efeitos gerados agregam sentido à participação, o seu exercício reinventa os métodos, os temas e as dinâmicas desenvolvidas nos espaços participativos. Retornando a questão da juventude, podemos ver que sua incidência vem imprimindo novos temas, novos jeitos de pensar e agir na arena sindical. Em sintonia com esta questão, compartilho o relato de Elenice Anastácio: “essa juventude ela tem outros olhares sobre os temas que o movimento sindical tá debatendo, ela trás novos temas, mas ela tem um pensar próprio sobre os temas históricos do movimento sindical”.

Primeiro ponto: a participação da juventude do campo não se afirma como uma ação que propõe o novo em detrimento do velho, em outros termos, ela vem agregar uma nova percepção, um olhar próprio, sobre os “temas históricos do movimento sindical”, originada a partir dos contextos e identidades desta geração de jovens.

Torna-se muito evidente que as experiências de privação dos direitos, seja pela ausência/ineficiência do estado, seja pelos padrões culturais cristalizados, impulsionam e reconfiguram as propostas e ações da juventude frente aos “temas históricos”, em especial, a reforma Agrária e Educação do Campo, para citar alguns. Penso ser este um elemento fundamental para entender a agenda política de participação protagonizada pelos sujeitos jovens.

A emergência e a densidade desses temas consubstanciam-se a partir do cotidiano vivido na roça, tão presentes nestas vidas de jovens. Foram muitas as referências ao tempo passado na escola, desde as longas caminhadas para pegar o transporte que levava os estudantes para a sede do município (a rua), onde ficava a escola; até o desapontamento de ter que morar num barraco na cidade, para poder ficar mais próximo da escola e concluir o ensino básico, podendo voltar pra roça somente nos finais de semana; outros mais risonhos se seguiram, partilhando a história da bicicletinha velha que ora levava, ora era levada pelos caminhos da escola; como também registros mais emocionados, marcados pelas imposições paternas que proibiam as meninas de estudarem.

lá na minha comunidade nós éramos em 11 meninas, mas os pais das meninas não deixavam elas ir pra escola porque, porque em sua maioria quem ia estudar era só os meninos. (Jovem Dirigente)

então minha vida foi sempre de trabalhar, estudar meu pai não queria. (...) Eu queria estudar, eu queria aprender a ler, eu queria ajudar as pessoas, que no meu município até então, quem estudava eram os filhos e filhas das pessoas que tinham terra. (Elenice Anastácio)

Também foram muito enfáticas as conversas e experiências de luta pela terra. Elas passaram por narrativas que reconstituíam os mutirões nos acampamentos e assentamentos; a feitura da comida e sua distribuição nos dias da mobilização de rua; o envolvimento direto na luta pela terra, debaixo da lona preta, que os faz dizer: “hoje eu sou um jovem assentado, sem-terra” (Willian Clementino); como também a comemoração pelo assentamento dos irmãos no município.

Estes relatos provam que desde a mais tenra idade estes/as jovens convivem com experiências de desumanização, de privação de ser. Mais do que memórias estas confidências representam uma aprendizagem e um sentido para a luta, a organização e a participação, e acho prudente não apagá-las neste estudo. Como nos afirma Arroyo (2000), orientado pelas contribuições de Paulo Freire, humanizar passa por reconhecer os processos de desumanização: “falta-nos ver a desumanização como uma realidade histórica, inseparável dos processos civilizatórios. Inseparável dos mesmos processos de produção, acumulação, apropriação do conhecimento, da ciência e da cultura” (Arroyo, 2000. p. 242).

Por outro lado, mas neste mesmo sentido, se os/as jovens enxergam o mundo que os circunda a partir de um determinado lugar, constituído em tempo e espaço próprios, eles/as não só reformulam as demandas preexistentes, como também apontam caminhos novos, incluem novos temas à agenda sindical, partindo de sua realidade social e cronológica. Tentando objetivar tal afirmação, podemos dizer que foi a juventude do campo quem deu novo fôlego, na pauta sindical, aos temas da cultura, esporte e lazer no campo, bem como, foi ela mesma a afirmar a necessidade de se estruturar uma política séria em torno do acesso às tecnologias da informação e comunicação, apropriada as demandas do povo camponês.

Ouso falar, embora sendo este assunto pouco reluzente nas entrevistas, que mesmo diante de todo o investimento feito pela juventude em torno destes eixos temáticos, eles apresentam-se de forma periférica na pauta geral do movimento sindical, ficando circunscritos aos processos de organização específicos da

juventude, como os Festivais da Juventude Rural¹⁰. Mesmo assim, as jovens lideranças consideram este um processo vitorioso, permeado por conquistas, no âmbito das políticas públicas, e por maior reconhecimento do poder público sobre as questões específicas do campo.

A gente tem hoje como **conquista as diversas políticas públicas de juventude rural, que foi pautada pela juventude rural, dentro desse espaço que por nós foi conquistado [Festival da Juventude Rural]**. A gente tem hoje aí, não uma massa de juventude acessando, mas a gente fez com que o governo reconhecesse a necessidade de discutir e de avaliar a situação da juventude rural do país. (Jovem dirigente)

As múltiplas vozes também revelam preocupações com as práticas antidemocráticas e cartoriais adotadas, ainda, por algumas instâncias do MSTTR. Tais aspectos ferem o princípio da participação, não só de jovens, mas de toda a categoria, e ferem a missão precípua do movimento sindical que é de representar, organizar e defender os interesses da classe trabalhadora rural para a conquista dos seus direitos.

Eram recorrentes comentários sobre uma agenda sindical mais próxima da burocracia dos benefícios previdenciários, e, por conseguinte, mais distante dos temas nacionais, das bandeiras de luta e da organização para a defesa dos direitos. Para os jovens, este sindicato cartorial não atende aos interesses da categoria, afastando assim, a juventude deste ambiente organizativo:

O sindicato pra nós era um local pra conseguir um benefício do INSS, como ainda é na maioria dos sindicatos hoje. Não tinha uma atividade que chamasse a juventude pra participar, que tivesse uma participação, um incentivo pra que a juventude viesse pro sindicato. (Jovem dirigente)

Ao mesmo tempo em que os depoimentos apresentam-se como denúncia de práticas pouco coerentes com a missão sindical, eles também defendem a constituição de um ambiente sindical mais preparado para atuar em defesa dos trabalhadores/as rurais. Numa perspectiva mais voltada às especificidades da juventude, vemos que:

¹⁰ Os Festivais da Juventude Rural são identificados, pelo MSTTR, como uma ação de massa protagonizada pela juventude. Ele se desenvolve a partir de etapas locais, estaduais e nacional, e tem por referência a realização de processos formativos, o debate político, a valorização das expressões culturais produzidas por jovens e o estímulo as atividades esportivas. Aliado a um processo de construção e negociação de plataformas políticas que consideram as especificidades da juventude. Pretende-se no capítulo seguinte refletir melhor sobre esta experiência.

Quando a juventude percebe que o sindicato é esse espaço diverso que garante a ela a oportunidade de conhecer, participar e de se debater, a juventude participa efetivamente. Mas quando essas informações, quando esse debate não é levado à juventude, ou ela não consegue ter essas informações, ela se afasta cada vez mais e vê o sindicato como único espaço específico para aposentadoria. (Jovem dirigente)

Em outro nível, surgem falas que visualizam, de maneira integrada, os limites da participação juvenil e a fragilidade democrática. Sendo assim, o cerceamento da participação não se restringe, apenas, aos preconceitos e discriminações atribuídas a estes sujeitos, enquanto jovens, mas também a concentração do poder e das estruturas nas mãos de uma elite sindical:

a forma que alguns sindicatos estão organizados, tem alguns sindicatos com 20, 25, 30 anos, as mesmas pessoas, já passou a ser praticamente uma empresa familiar, aquilo ali é fonte de renda para as pessoas que estão a frente. (...) Nos próprios discursos das pessoas se ouve: “lá no meu sindicato, eu faço assim no meu sindicato...” então é sentimento de posse, quando diz aquilo é meu. **E isso não fica de lado na hora da ação política do sindicato. Ele faz o que ele quer ou pra quem ele quer**, até já vi casos disso: “eu faço se eu quero”. Esse é um ponto que pesa bastante [para a participação da juventude no movimento]. (Jovem dirigente, grifo da autora)

Como afirma o próprio entrevistado, uma ação sindical formatada para beneficiar alguns esvazia o debate e a organização em torno das bandeiras de luta coletivas, e inibe uma incidência qualificada da juventude. Este aspecto demonstra que a ação da juventude orienta-se também no sentido de promover democracia.

Em síntese podemos admitir que a participação da juventude no MSTTR, dá-se em primeiro lugar pela tomada de consciência do que representa político e socialmente este movimento, e se materializa na intenção de produzir uma ação coletiva que gere vida digna no campo. Ela é permeada por conflitos e tensões, determinados por questões próprias das relações geracionais e de poder, e aciona a dimensão da valorização da juventude e da democracia sindical como princípios estruturantes da ação juvenil. Então a conexão entre participação juvenil e ampliação da democracia sindical fornece novos sentidos à incidência deste segmento, na busca por alterar as relações de poder nestas estruturas. Se por um lado a história recente de organização da juventude no MSTTR é marcada pela reprodução de relações de poder e de afirmação de estereótipos juvenis, por outro se constrói a partir de mobilização, resistência e adoção de estratégias que potencializam a participação com autonomia. Este é o fio condutor que orientará as reflexões do próximo capítulo.

6- PROTAGONISMO DA JUVENTUDE DO CAMPO: ENTRE ESTRATÉGIAS E DESAFIOS.

A juventude do campo está requerendo uma participação, que a reconheça enquanto jovem trabalhador e trabalhadora rural, passando de filho, de dependente ou auxiliar, para a condição de sujeito, que vivencia experiências próprias. Portanto, incluem-se pela classe, ao passo que apontam as diferenças expressas na sua condição de jovens e nas desigualdades deflagradas nas relações familiares e na vida em sociedade. Nesta posição afirmativa das diferenças, buscam conquistar emancipação e igualdade, demandam reconhecimento, e mais que isso, oportunidades, compartilhamento dos espaços e do poder. Parafraseando Santos (2003, p. 25) é preciso “jogar com as tensões entre a diferença e a igualdade, entre a exigência de reconhecimento da diferença e de redistribuição que permita a realização da igualdade”.

Os conteúdos que estruturam as ações e estratégias de participação, protagonizadas pela juventude do campo no MSTTR, reúnem estes componentes identificados por Santos (2003), que se caracterizam pelo **reconhecimento da diferença e pela redistribuição**. Frente a isso, Buscaremos interpretar as estratégias participativas tomando como referência estes eixos analíticos.

Partindo do primeiro eixo analítico, o reconhecimento das diferenças, é possível perceber sua manifestação, na ação juvenil e sindical, de várias maneiras. Dentre as mais destacadas pelas falas dos/as jovens, encontram-se as atividades específicas de juventude, como os Encontros, Salões, Plenárias, Seminários e Festivais da Juventude. A importância desses espaços é tomada em múltiplas dimensões. Uma delas diz respeito a necessidade de se criar um ambiente de trocas, de compartilhamento dos dilemas vividos pelos/as jovens do campo, na perspectiva de socializar as realidades, idéias, quereres e as possíveis saídas. São esses alguns caminhos protagonizados pelas mãos jovens, com metodologias, místicas, debates e linguagens próprias. Num dos depoimentos, a pessoa entrevistada registra qual o sentido que ela confere aos espaços específicos da juventude do campo:

Eu acho que isso é uma coisa legal. Eu hoje tô com você, jovem, você que é jovem também, da gente ter um diálogo mais aberto, sem tantos, sem tantas preocupações com o que você vai achar, se você vai tá me julgando

ou não. Porque eu acho que a gente vive a mesma fase, a gente tem os mesmo dilemas. (Jovem dirigente)

Os Festivais da Juventude Rural são ações amplamente destacadas nos depoimentos dos/as entrevistados/as. Como já citado anteriormente, estas iniciativas combinam processos tradicionalmente adotados pela agenda sindical (atividades formativas, negociações com o governo em torno das políticas públicas para a juventude do campo e mobilizações de rua) com momentos de valorização das expressões culturais protagonizadas por jovens e a experimentação das práticas esportivas (CONTAG, 2009). A dimensão lúdica adotada pelos Festivais demonstra um jeito novo, ou para soar melhor, um jeito jovem de manifestar suas idéias e expressar sua agenda política. Entretanto, a opção da juventude em construir uma ação específica tem sido permeada por críticas. Os Festivais têm sido adjetivados como uma “brincadeira”, como atestam alguns depoimentos: “Essa brincadeira tá dando certo”, “esta brincadeira de vocês tá virando coisa séria, e a agente tá gostando” (Jovem Dirigente, referindo-se à fala de um dirigente não-jovem).

Este fragmento manifesta o lugar de poder e autorização dos dirigentes não-jovens, que classificam as ações da juventude (neste caso o Festival) como mera brincadeira. Em outros termos, os enunciados da cultura, do esporte, das festividades, são, dessa maneira, taxados como menos importantes, menos políticos, não pelo seu conteúdo em si, mas por serem associados à coisa de jovens, e que, portanto, não precisam ser levados a sério.

A realização sistemática e a afirmação, pela juventude, do Festival como algo a “ser incorporado à agenda permanente do MSTTR, como ação estratégica para o conjunto da classe trabalhadora rural” (CONTAG, 2009. p. 194), apresenta-se como um caminho de resistência, como um esforço de superar as interdições, como um questionamento às hierarquias, que põe numa posição inferior as **coisas dos jovens**, e no topo as coisas que verdadeiramente interessam à categoria.

É preciso considerar que a efetivação dos espaços de juventude não é consenso para o conjunto do MSTTR, e até mesmo para outros movimentos sociais, onde se organizam a juventude do campo. Segundo Castro (2009, p. 178), para um grau de desqualificação sobre as iniciativas específicas de jovens, como sendo um movimento paralelo, como “uma ação dos jovens por fora”. Este tipo de afirmativa

faz parte do jogo de tensões comuns aos processos de relações de poder. Por outro lado, é importante utilizar este componente para refletir numa outra perspectiva, igualmente perigosa: como estabelecer um fluxo onde os espaços e os debates específicos sejam reconhecidos e assumidos pelo conjunto? Não se pode anular as linguagens e expressões próprias da juventude, mas também não se deve deixá-las na periferia, como questões restritas aos diferentes. É necessário que sejam assumidas pelo conjunto do movimento sindical e da sociedade.

Se por um lado estas iniciativas revestem-se do princípio estratégico da troca de experiência, que fortalece os laços e renova a identidade, por outro reafirmam os jovens do campo como sujeitos, visibilizando suas demandas e seu papel estratégico tanto para o movimento, quanto para a sociedade. Como nos diz Castro:

Os eventos geram um duplo movimento: por um lado, consistem em um espaço de aproximação e consolidação individual de trajetórias de militância, de sociabilidade e de construção de laços de afetividade e confiança. Por outro, permitem um processo de construção/consolidação da juventude como ator político para dentro dos movimentos sociais e no cenário nacional. (CASTRO, 2009. p. 179)

Além disso, por este caminho ampliam-se as esferas de debate, aprofundando e institucionalizando a participação da juventude. A realização de atividades específicas também manifesta a capacidade de animar e desencadear outros novos pólos de participação, como fica evidente na fala de Elenice Anastácio: “em 2003 e 2004 foram feitos seminários [da juventude rural], como o salão da juventude e tal, e [com isso] ferveu o debate de juventude em vários estados”.

Faz-se necessário destacar que as mobilizações específicas estão integradas a um processo de organização da juventude, nas diferentes instâncias do MSTTR. A juventude do campo vem demandando e lutando, cotidianamente, para conformar uma organização forte e descentralizada, que inclui as Coordenações e Comissões de Jovens Trabalhadores Rurais, nos Sindicatos, Federações e CONTAG, bem como, estimulando iniciativas comunitárias, para a formação de

grupos de jovens no âmbito do Programa Jovem Saber¹¹. Estes espaços compõem a estratégia de organização da juventude do campo, para manter viva sua agenda no MSTTR. Contudo, os Anais de Congresso nos mostram que há uma grande distância entre discurso e prática, onde por um lado o discurso oficial reconhece tais estruturas como “importante passo para um sindicalismo democrático e participativo”, e por outro informa que elas ainda não existem na maioria das instâncias sindicais.

[...] [as estruturas específicas] representam um importante passo para a construção de um sindicalismo democrático e participativo, porém a meta da juventude do MSTTR é que estes compromissos sejam assumidos por todas as FETAGs e STTRs espalhados pelo Brasil. Apesar dos avanços, **em muitos estados ainda não existem coordenações e comissões** na maioria dos municípios. Além disso, **muitos coordenadores ainda não têm a condição de diretor/a e condições para desenvolver o trabalho.** (CONTAG, 2009. p. 194)

De maneira ainda mais enfática, os desafios colocados para esta organização não se limitam a constituição, ou não, dos espaços específicos, como os Festivais, Seminários, Coordenações e Comissões, mas, sobretudo referem-se a necessidade de incorporá-los à estrutura sindical pela perspectiva da relevância política, promovendo maior autonomia e poder de decisão. Os relatos demonstram que essas estruturas são muitas vezes acometidas de baixa incidência política, sendo criadas, em alguns casos para cumprir com as deliberações congressuais, sem atender ao princípio da participação e organização da juventude com vistas à emancipação social.

Abordando o segundo eixo temático proposto por Santos (2003) para alcançar relações sociais igualitárias, que se refere à **redistribuição**, observamos que para os/as jovens que atuam no sindicalismo rural é fundamental alcançar a participação, com autonomia, nas diferentes instâncias, indo além da inserção pela via das estruturas específicas de juventude. Diante disso, lançaremos nossas análises sobre as políticas afirmativas exercitadas na esfera sindical.

¹¹ O Programa Jovem Saber é uma ação formativa desenvolvida desde 2004. Sua proposta toma por referência o estudo, dos grupos de jovens, sobre temas relacionados ao desenvolvimento local sustentável e solidário. A partir desses estudos, orientados por 8 cartilhas, que abordam diferentes temas, os/as jovens coletivamente são estimulados a produzir um diagnóstico da realidade local, e definir estratégias organizativas para superar os problemas identificados. (CONTAG, 2009).

Detendo o nosso olhar para a experiência da cota no MSTTR, podemos dizer que a política de cotas vem sendo adotada, neste espaço, desde 1998, quando da aprovação do percentual mínimo de 30% de mulheres participando das instâncias sindicais. Sete anos depois, em 2005, foi a vez da juventude conquistar a cota de no mínimo 20% de jovens, nas atividades formativas e organizativas, bem como nas direções sindicais. O processo de debate e construção de alianças que garantiram as condições de aprovação da cota de juventude desenha-se tomando como referência a experiência das mulheres.

Avaliar os efeitos, impactos e operacionalização da cota de juventude no MSTTR, é uma missão difícil, principalmente porque embora vigorando a 7 (sete) anos, sua aplicação no Congresso e Direção Efetiva da CONTAG ocorreu em 2009 (a apenas 3 anos atrás) e sua no Conselho Deliberativo¹², somente neste ano de 2012. Estes aspectos além de nos informarem sobre uma vivência recente demonstram como esta é uma medida que reúne ainda várias controvérsias na esfera sindical. Um dos relatos demonstra bem esta resistência e a dualidade, entre discurso e prática, tomando como referência a experiência Estadual (na FETAG):

A gente não teve dificuldade de colocar ela [a cota] no papel, mas a prática é que foi complicado. A partir do momento que a gente começou a exigir que a cota fosse cumprida nos conselhos [deliberativos] da federação, surgiu a dificuldade (Jovem dirigente)

A cota é vista pela juventude como uma importante porta de entrada, que permite ampliar a sua participação nas direções e atividades sindicais, possibilitando que os/as jovens do campo ocupem espaços para além das estruturas específicas, como aponta Elenice Anastácio:

A CONTAG tem [atualmente] três jovens na direção por causa da cota, se não fosse isso não teria. (...) se não fosse a cota, não existiria nem esses três, olhe lá se existisse um pra cumprir o espaço de juventude.

Se por um lado a cota é vista como porta de entrada, por outro ela é exercida como teto para a participação dos/as jovens, ou seja, a cota mínima virou máxima. Ilustra essa idéia a fala de Elenice Anastácio que põe em dúvida a

¹² O Conselho Deliberativo da CONTAG é a segunda instância mais importante deste sistema sindical, seguida da diretoria da entidade. O Conselho é um espaço de deliberação, como o próprio nome já diz, que reúne representantes de todas as Federações filiadas, e em dia, com a CONTAG. Neste espaço há uma prevalência da participação dos Presidentes, Vice-presidentes, Tesoureiros e Secretários Gerais das entidades estaduais.

ampliação do número de dirigentes jovens na direção CONTAG, para além da porcentagem prevista pela cota (20%), ela nos diz: “Observemos se vai ter quatro jovens nesta próxima chapa, vai ter três para o cumprimento da cota.” Tais referências demonstram que a cota tornou-se um recurso numérico, uma nova matemática de composição de chapas, em meio aos pleitos eleitorais do MSTTR. Esta constatação desafia os jovens a qualificarem os debates em torno dos princípios políticos que conduzem as ações afirmativas.

o uso do critério numérico pode não ser suficiente para que uma ação afirmativa realize seu objetivo, qual seja, o de alterar a forma histórica de inserção de um grupo racial discriminado ampliando as oportunidades de ascensão social, continuamente bloqueadas (JACCOUD & BEGHIN, 2002, p. 48)

Diante dos limites colocados para o exercício da cota no MSTTR, creio ser oportuno tratarmos de alguns conceitos, no âmbito das ações afirmativas, para melhor entender os princípios que devem orientar o debate e a ação em torno das cotas sociais.

Tendo origem nos anos de 1960, nos Estados Unidos, as ações afirmativas surgem para combater as discriminações sociais decorrentes das desigualdades estabelecidas pelas relações étnico-raciais e de gênero. Nas décadas seguintes, expandiram-se para outras nações, assumindo diferentes contornos, desde ações voluntárias até os programas governamentais e iniciativas jurídicas (Moehlecke, 2002). Destaca-se no debate das ações afirmativas, a política de cotas, direcionadas a segmentos sociais excluídos, que no Brasil vem dirimindo as desigualdades nos espaços da política, nas relações de trabalho, nas universidades, só para citar alguns. Resgataremos aqui o conceito de ações afirmativas integradas ao sentido da política de cotas, para melhor problematizar tal questão:

Sabendo que ações afirmativas são um tipo de política focalizada, temporária e que visa corrigir desigualdades de gênero, raça, classe social, apenas para citar alguns exemplos (Jaccoud & Beghin, 2002), as cotas legislativas atuam na esfera política na tentativa de facilitar o acesso de grupos excluídos às instâncias de poder. (MATOS et. Al, 2002, p. 2)

A cota deve ser entendida, então, como parte de uma política global, como sendo uma das várias iniciativas no âmbito das ações afirmativas, que busca alterar as condições gerais de participação política de segmentos excluídos dos processos organizativos e decisórios. Em síntese, a cota visa incidir sobre o conjunto dos

mecanismos que levam à exclusão, de forma articulada a outras medidas, que conformam as ações afirmativas.

Por princípio a cota atua sobre o reconhecimento das diferenças e a afirmação da igualdade. Neste sentido, Arroyo (2010) nos chama atenção para fugirmos do discurso utilitarista, que supervaloriza as desigualdades como ferramenta que desqualifica os sujeitos em suas diferenças, ou seja, para o autor não podemos assimilar a noção de:

desiguais porque à margem da civilização, da modernidade, da racionalidade científica, do progresso e de seus valores civilizatórios, progressistas, de esforço e de trabalho. Situar as desigualdades como problema nessas carências morais tem alimentado concepções de políticas sócio-educativas e de projetos comprometidos com solucionar essa condição de marginalidade. Tirar esses coletivos da margem, através de pedagogias civilizatórias, moralizadoras, para passá-los da margem da tradição, do atraso, da imoralidade para a modernidade, o progresso, os valores civilizatórios, a racionalidade científica (ARROYO, 2010, p. 1390)

Ao demandarem políticas afirmativas os/as jovens do MSTTR não vêm negar a sua identidade, que os tornam diferentes, pelo contrário convocam a necessidade de reconhecimento, convocam a urgência de uma sociedade que promova igualdade pela valorização das diferenças.

se sabem vítimas das desigualdades, mas afirmam ações pela justiça, igualdade, emancipação. Suas lutas não são por políticas de controle, erradicação, diminuição das desigualdades, mas por políticas de igualdade. A motivação vem de projetos emancipatórios de sociedade, de campo e de cidade, por projeto de Estado, de outras políticas e instituições. De uma agenda pública inspirada em princípios de justiça, equidade, emancipação. (ARROYO, 2010, p. 1396)

É preciso garantir mais do que o mínimo 20% de jovens nas direções, faz-se urgente superar a lógica de subordinação. O princípio orientador das ações afirmativas, e, por conseguinte das cotas sociais, é o de assegurar condições de emancipação, que rompam com os estigmas herdados, do jovem como incapaz, do/a jovem apático e imprudente, e que por outro lado se traduzam no compartilhamento o poder e da tomada de decisão, como sujeito portador de autonomia. Jaccoud e Beghin (2002) trazem uma ilustração instigante sobre estes aspectos:

Nas novelas, por exemplo, o preenchimento de cotas para negros em postos subalternos como domésticas e seguranças não resultará, desse ponto de vista, em uma medida satisfatória de ação afirmativa, na medida

em que reforça os estereótipos já existentes. (JACCOUD & BEGHIN, 2002. p. 49)

Então, é preciso pensar mais profundamente como a cota pode de induzir, articulada a outras ações, sobre a consolidação de projetos emancipatórios. Como transcender o enfoque numérico, para conquistar igualdade?

Sendo assim, a existência da cota agrega novos sentidos para os espaços específicos, formativos e organizativos, da juventude (Coordenações e Comissões de Jovens, grupos de estudo na base, Encontros, Festivais, Seminários, Plenárias), não só por eles promoverem a consolidação da plataforma política da juventude, agregando maior visibilidade a sua luta e ação, como também por sua capacidade de qualificar e empoderar a militância jovem.

Penso, a partir da experiência empírica, que estes enunciados também são compartilhados pelas mulheres, de diferentes gerações, que hoje participam do movimento sindical. A trajetória de organização e luta das trabalhadoras rurais dentro do MSTTR é uma referência para a ação da juventude trabalhadora, servindo de guia em muitos momentos, como já pudemos destacar anteriormente. A aprovação e implementação das duas cotas (a de mulheres e jovens) neste mesmo espaço é fruto da aliança e das aproximações entre esses segmentos, em favor de um ambiente sindical mais democrático.

Contudo, vê-se que a coexistência dessas duas cotas, abre precedentes para outros arranjos políticos que as sobrepõem, como se explicita na fala abaixo:

Um presidente de um sindicato, que é um dos sindicatos maiores da região, indicou meu nome, e tem os argumentos dele. **Disse que era importante a gente tá indicando uma pessoa jovem e mulher porque estrategicamente era mais fácil de fazer uma composição de chapa (Jovem dirigente).**

Além de reforçar o padrão numérico, com que se encara a política de cotas, a importância de indicar mulheres jovens faz parte de uma estratégia para facilitar a composição da chapa. Esse relato revela, de maneira sutil, as brechas existentes, demonstrando que a aplicação da cota, necessariamente, não altera a permanência de alguns nas estruturas de poder. Em outras palavras, o que fica claro é que a matemática é muito simples: uma mesma pessoa cumpre com as duas cotas, a de

mulheres e jovens, com isso, sobram mais espaços para manter no poder os mesmos, os homens não-jovens.

Numa outra perspectiva outras manobras, que se utilizam da cota de jovens, vem possibilitando a permanência de dirigentes por longo período na estrutura sindical. A cota da juventude é marcada pela dimensão da transitoriedade, uma vez que ela tem início e fim predefinidos, determinados pela faixa etária dos 16 aos 32 anos. Tal aspecto confere dinâmicas peculiares e distintas em comparação ao exercício da cota de mulheres, por exemplo. Esse elemento pode representar maior alternância e rotatividade de representantes jovens nas instâncias sindicais, elevando a capacidade de renovação do MSTTR. Se por um lado esta renovação pode soar como qualidade democrática, por outro não altera, por si só, a vigência de mandatos longevos, uma vez que deposita na juventude a responsabilidade da renovação de cargos, perpetuando os não-jovens nos espaços de comando.

Não sendo a pretensão deste estudo propor modelos ou formulas infalíveis para a resolução dos dilemas identificados, quer-se com estas constatações suscitar e subsidiar os debates, para alteração das práticas discriminatórias, que se revestem de um discurso de emancipação. A partir das questões reveladas, queremos lançar uma última indagação sobre este assunto: Que tipo de ação afirmativa esta sendo exercitada? Como reorientá-la no sentido da emancipação e da igualdade, respeitando as diferenças?

O exercício da cota assume diferentes contornos, por se reproduzir em diferentes contextos e em distintos momentos, tornando-se reflexo do tempo e do espaço onde se manifesta. Contudo, as experiências cultivadas pelo conjunto das ações afirmativas instaladas no MSTTR, são fruto de um processo de luta e conquistas protagonizado por mulheres e jovens, em histórias de discriminação e subordinação que se entrecruzam. Tais conquistas são freqüentemente ameaçadas na estrutura sindical, um exemplo recente, diz respeito à extinção das cotas de mulheres e de jovens no âmbito da Federação do Mato Grosso. Este fato mobilizou as mulheres e jovens mato-grossenses e a CONTAG, na intenção de restaurar a cota a partir de uma nova consulta à base. Depois de alguns momentos de debate e consertação, as cotas foram retomadas, sob novos critérios (que não serão avaliados nesta pesquisa).

Tais elementos reafirmam que a despeito dos limites que ainda se apresentam para o exercício da cota, ela consegue desestabilizar as redes de poderes cristalizadas no MSTTR e garantir a participação dos/as jovens no MSTTR, em favor de vivências mais democráticas e igualitárias. A prova de que a cota cumpre um importante papel expressa-se nas insistentes ameaças que visam seu fim, ou de forma mais delicada, sua não aplicação nas instâncias sindicais. Como já ficou evidente, tais movimentos são sempre acompanhados de resistência, por parte da juventude do campo e das mulheres trabalhadoras rurais, que não deixam o debate minguar, e combatem os variados tipos de desqualificação conferidos a sua participação pela cota.

As tensões estabelecidas nos espaços do MSTTR nos fazem enxergar que os conflitos e as divergências, renovam o sentido da luta e impõe uma vigilância constante para não permitir retrocessos e abusos. Endossando este argumento Chantal Mouffe (2007) reconhece o pluralismo e o dissenso como eixos essenciais para o desenvolvimento da democracia, pondo-se contrária às teorias consensualistas, que enxergam os conflitos como verdadeiros obstáculos. Nesse sentido, destaco que a participação da juventude do campo tem agregado novas perspectivas, para repensar e exercitar a democracia sindical, que partem das lutas deflagradas e das tensões estabelecidas.

Diante das estratégias empreendidas pela juventude do campo, vemos que os conflitos e tensões que marcam a organização dos/as jovens na esfera sindical são fundamentais para construir novos e diferentes caminhos que conduzam para a participação juvenil com autonomia e igualdade. Neste sentido, é preciso que as vivências participativas sejam constantemente analisados pelas lideranças jovens, com o objetivo de avaliar quais os resultados conquistados e quais os desafios que ainda se colocam, na intenção de repensar as estratégias em torno do reconhecimento das diferenças, bem como de redistribuição, para alcançar a emancipação.

CONCLUSÃO

Chego à última parte desta monografia consciente dos muitos desafios que se colocam para a juventude do campo, no âmbito da disputa por visibilidade, reconhecimento e igualdade. Utilizo-me do termo conclusão, muito mais por uma convenção acadêmica, do que pelo convencimento de dar por concluído este estudo, afinal, entendo-o como processo que fornece algumas pistas e que nutre novas visões e contrapontos.

As análises feitas nos informam, em primeiro lugar, que os jovens do campo estão disputando maior e melhor condição de participação, o que por si só demonstra protagonismo e não apatia política e social. Nesta caminhada, eles/as afirmam-se como jovens e lutam por participação, demarcando suas especificidades tendo em vista a construção de relações mais democráticas para o conjunto do MSTTR. Este movimento pressupõe variados desafios, sobretudo, no caminho de reavivar as noções de reconhecimento e igualdade para renovar os sentidos das ações estratégicas e das políticas afirmativas.

Intuo como outro desafio, a necessidade de alcançar um patamar de organização da juventude que considere a pluralidade de pertencas e identidades juvenis do campo. O enquadramento enquanto juventude trabalhadora rural pelo viés etário (como portadora de uma determinada idade, que se caracteriza entre os 16 e os 32 anos), por vezes, deixa escapar os contextos e a valorização das experiências de ser jovem quilombola, extrativista, mulher, negro, ribeirinho, deixando escapular pelas mãos os diferentes sentidos da auto-determinação, como também os distintos desenhos de opressão que manifestam.

Por outro lado é preciso manter-se atento “aos desafios do que é ser jovem dentro do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, [este] que é um espaço de disputa” (Jovem dirigente). É preciso reconhecer e afirmar os/as jovens do campo como sujeitos, valorizando suas diferenças e requerendo condições de igualdade e participação, pois a diferença não pode justificar a reprodução de um lugar social subordinado. Neste sentido, entendo que a participação da juventude não pode ser enquadrada. Há que se investir na

superação dos rótulos pejorativos, que atacam as ações da juventude, desqualificando-as como “brincadeiras” irrelevantes. Por outro lado, é preciso que os espaços específicos da juventude não sejam ilhas, estruturas isoladas e invisíveis dentro do MSTTR. Estes espaços devem servir para fortalecer as identidades e as lutas da juventude, dialogando com o conjunto, inclusive, evidenciando as desigualdades existentes.

Para atuar sobre estas questões é preciso revigorar o sentido das ações afirmativas dentro do movimento sindical, transcendendo os significados que restringem a cota a mero mecanismo de entrada. É fazer um debate articulado, que conecte a estratégia da cota a outras medidas, igualmente necessárias, para corresponder aos princípios que regem as ações afirmativas, que são de “restituir uma igualdade que foi rompida ou que nunca existiu” (MATOS, 2007-b. p.468).

É preciso robustecer o sentido da cota articulada as ações de organização da juventude. Como vimos, as estruturas das Comissões de Jovens, dos grupos de estudos e dos eventos de juventude (Festivais, Plenárias, Seminários, etc.) cumprem o importante papel na socialização das experiências, nas trocas afetivas, na construção de alianças, na definição de estratégias coletivas para superar as dificuldades e na construção de maior visibilidade, para dentro e para fora do MSTTR.

Por outra perspectiva, vemos que as demandas por participação e reconhecimento não se estabelecem apenas na esfera sindical. Torna-se fundamental, reforçar a plataforma política da juventude do campo, estabelecendo um movimento de denúncia frente a desumanização imposta pelo modelo de desenvolvimento rural hegemônico. Tornar mais explícita e mais enfática as dimensões específicas da juventude, articuladas ao conjunto de bandeiras de luta da classe trabalhadora, como a reforma agrária, educação do campo, agroecologia, trabalho decente, combate ao sexismo, racismo e outras tantas, constituiu-se como mais um desafio.

Em síntese, refletir sobre as questões das juventudes do campo na contemporaneidade passa por reconhecermos as múltiplas identidades amalgamadas à vivência juvenil, compreendermos a diversidade de contextos

sociais e observarmos as contradições e disputas instaladas na sociedade capitalista.

Percebo que estes são velhos desafios que já se colocam, a certo tempo, na organização da juventude dentro do mundo sindical e nas dinâmicas do campo, e mesmo não sendo novos, eles exigem um reinventar das práticas, que precisam ser protagonizadas pelos/as jovens, partindo do seu lugar identitário e do seu lugar de ação. Velhos desafios que precisam ser enxergados e superados para dar espaço a uma nova história de reconhecimento e igualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. In: FÁVERO, Osmar et. Al. *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**; tradução de Dora Flaksman. 2. ed. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2011.

ARROYO, Miguel. Recuperar a humanidade roubada. In: ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli & MOLINA, Mônica (org.). **Por uma educação do campo**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

_____. Políticas Educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. In: **Revista Educação e Sociedade** nº 113. Campinas, SP: Unicamp, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17.pdf>>

AVRITZER, Leonardo & SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone democrático. In: AVRITZER, Leonardo (coordenação geral) & SILVA, Eduardo Moreira da [et. al.]. **Democracia, república e participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Juventude é apenas uma palavra**. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARNEIRO, Maria José. Juventude Rural: Projeto e valores. In: ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa. **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa et. Al. **Os jovens estão indo embora?** – Juventude Rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa. Juventude do Campo. In: CALDART, Roseli et. Al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

CLEMENTINO, Josbertini. **As políticas de Juventude na agenda pública brasileira: desafios e perspectivas**. Fortaleza: EdMeta, 2011.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, Osmar et. Al. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

FERNANDES, Bernardo. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaços e territórios como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli & MOLINA, Mônica (Org.). **Por uma educação do campo**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

FERREIRA, Brancolina & ALVES, Fábio. Juventude Rural: Alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni de; ANDRADE, Carla. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

GOMES, Ana Maria Rabelo et. Al. Sobre o projeto e o processo de pesquisa na elaboração de monografias. In: GOMES, Ana Maria Rabelo et. Al. **Metodologias e participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: Ensaio sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/afirme/LEITURA/diversos/div03.pdf>>

LAVALLE, Adrián. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, Roberto. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. V. 7

MATOS, Marlise et. Al. Cotas de Gênero para o reconhecimento das Mulheres na Política: Um estudo comparado ações afirmativas no Brasil, Argentina e Peru. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife: UFPE, 2007-a.

MATOS, Marlise. Ações afirmativas: dinâmicas e dilemas teóricos entre a redistribuição e o reconhecimento. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis: UFSC, 2007-b.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves, Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. In: **Revista em Aberto**. MEC-INEP, Brasília, ano 14, nº 61, jan/mar. 1994, p. 60 a 78. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1169/1181>>

MINAYO, Márcia. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e debates no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa**. n.117, novembro/ 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559>>

MOUFFE, Chantal. **En torno a lo político**. 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

NOVAES, Regina et. Al. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

NOVAES, Regina. **Juventude/Juventudes?** Comunicações ISER, V.17, n. 50, p. 8-22, 1998.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude Rural: suas construções identitárias**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

PONTES, Maria Lúcia. Sujeitos Coletivos de Direitos. In: CALDART, Roseli et. Al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

REIS, Douglas Sathler dos. **O Rural e urbano no Brasil**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú- MG – Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abe_p2006_777.pdf>

SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____ (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

STROPASOLAS, Valmir. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

_____. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa. **Juventude Rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Disponível em: <<http://navi.ufsc.br/files/2012/03/VELHO-Observando-o-Familiar.pdf>>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200010-087-145.pdf>>

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes.** – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar.** 2009. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WELLER, Wivian. Karl Mannheim: Um pioneiro da sociologia da juventude. In: **Anais XIII Congresso Brasileiro de Sociologia.** GT 26: Sociologia da Infância e Juventude. Recife: Universidade Federal da Pernambuco, 2007. Disponível em

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CONTAG. Anais do 2º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1973.

CONTAG. Anais do 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1979.

CONTAG. Anais do 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1985.

CONTAG. Anais do 5º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1991.

CONTAG. Anais do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1995.

CONTAG. Anais do 7º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1998.

CONTAG. Anais do 2º Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores Rurais. Brasília, 1999.

CONTAG. Anais do 8º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 2001.

CONTAG. CONTAG – 40 anos ao lado do homem e da mulher do campo. Brasília, 2003.

CONTAG. Anais do 9º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 2005.

CONTAG. Regimento Interno da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília, 2006.

CONTAG. Anais do 10º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília, 2009-a.

CONTAG. Estatuto da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Brasília, 2009-b.

CONTAG. Relatório do III Módulo do Curso de Formação de Mulheres Dirigentes Sindicais. Brasília, 2010.

Apêndice 1 – Roteiro de entrevistas



UFMG – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciências Políticas

Projeto Democracia Participativa – PRODEP

Estudante: Eryka Galindo

Projeto de Pesquisa: Jovens do campo e suas múltiplas trajetórias de participação

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

**** Antes de começar explicar quais os objetivos da pesquisa ****

→ Para começar, gostaria que você falasse:

- Seu nome completo
- Sua Idade
- Seu município e Estado
- Qual (is) a(s) sua(s) função(ões) no MSTTR?

1. Fale um pouco sobre a sua trajetória antes de chegar ao MSTTR

- Você morava em área rural? O que fazia/produzia? Qual sua rotina antes de ingressar no MSTTR?
- Antes do MSTTR participava de alguma organização, grupo ou movimento?

2. Agora eu gostaria de entender, um pouco mais, sobre o que te motivou e como você ingressou no MSTTR?

- Já tinha ouvido falar no sindicato?
- Alguém te convidou a participar?
- Qual o papel da família para o ingresso no MSTTR?
- Em que ano você iniciou, em quais atividades, áreas e funções?
- Que caminhos te conduziram a sua função atual?

3. De alguma forma a inserção no MSTTR, te ajudou a integrar outros espaços de participação e/ou a acessar alguma política pública?

4. Hoje você é Coordenador/a Estadual de Jovens Trabalhadores/as Rurais, nesse sentido

- desde que ano você está neste espaço?
- qual a importância deste espaço?
- quais as dificuldades de ser um/a jovem dirigente sindical?
- quais os desafios colocados?

5. Em sua opinião, hoje, quais as bandeiras políticas e atividades que mais mobilizam a participação da juventude do campo, no âmbito do MSTTR?

6. Qual a importância da Juventude do campo para o MSTTR?

7. Qual a importância do MSTTR para a juventude do campo?

8. Que desafios se colocam a participação da juventude no MSTTR?